



**ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS  
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

---

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS**

**31 de dezembro de 2014  
com Relatório dos Auditores  
Independentes**

**Índice**

<b>Demonstrações financeiras</b>	
• Balanços patrimoniais	4
• Demonstrações de resultados	5
• Demonstrações de resultado abrangentes	6
• Demonstrações das mutações no patrimônio líquido	7
• Demonstrações dos fluxos de caixa	8
• Demonstrações do valor adicionado	9
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	
<b>1 Contexto operacional</b>	<b>10</b>
<b>2 Concessões</b>	<b>11</b>
<b>3 Resumo das principais políticas contábeis</b>	
3.1 Base de preparação	12
3.2 Conversão de moeda estrangeira	13
3.3 Caixa e equivalentes de caixa	13
3.4 Ativos financeiros	13
3.5 Clientes	15
3.6 Almoxarifado	15
3.7 Ativo financeiro – concessões do serviço público	15
3.8 Intangível	15
3.9 Imobilizado	15
3.10 Outros investimentos	16
3.11 Provisão para redução ao valor recuperável	16
3.12 Financiamentos e empréstimos	16
3.13 Fornecedores	16
3.14 Provisões	17
3.15 Benefícios pós emprego	17
3.16 Participação nos lucros	18
3.17 Capital social	18
3.18 Lucro por ação	18
3.19 Adiantamento para futuro aumento de capital	18
3.20 Encargos setoriais	18
3.21 Imposto de renda e contribuição social	19
3.22 Ajuste a valor presente de ativos e passivos	20
3.23 Compromissos com o meio ambiente	20
3.24 Subvenções governamentais	20
3.25 Reconhecimento da receita	20
3.26 Demonstrações de fluxos de caixa	21
3.27 Demonstrações do valor adicionado (DVA)	21
3.28 Reapresentação das cifras comparativas	21
3.29 Normas novas, alterações e interpretações de normas que foram emitidas e entraram em vigor no exercício de 2014	21
3.30 Ativos e passivos financeiros	22
<b>4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas</b>	<b>23</b>
<b>5 Caixa e equivalente de caixa</b>	<b>25</b>
<b>6. Títulos e valores mobiliários</b>	
<b>7 Clientes</b>	<b>26</b>
<b>8 Tributos e contribuições sociais</b>	<b>29</b>
<b>9 Direito de ressarcimento</b>	<b>30</b>
<b>10 Almoxarifado</b>	<b>31</b>
<b>11 serviços em curso</b>	<b>31</b>

ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS  
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

---

<b>12</b>	<b>Ativo e passivo financeiro</b>	<b>31</b>
<b>13</b>	<b>Outros</b>	<b>36</b>
<b>14</b>	<b>Cauções e depósitos vinculados</b>	<b>37</b>
<b>15</b>	<b>Intangível</b>	<b>37</b>
<b>16</b>	<b>Imobilizado</b>	<b>40</b>
<b>17</b>	<b>Fornecedores</b>	<b>41</b>
<b>18</b>	<b>Tributos e contribuições sociais</b>	<b>43</b>
<b>19</b>	<b>Financiamentos e empréstimos</b>	<b>45</b>
<b>20</b>	<b>Obrigações de ressarcimento</b>	<b>50</b>
<b>21</b>		
<b>21</b>	<b>Benefício pós-emprego</b>	<b>50</b>
<b>22</b>	<b>Obrigações estimadas</b>	<b>51</b>
<b>23</b>	<b>Encargos setoriais</b>	<b>51</b>
<b>24</b>	<b>Pesquisa e desenvolvimento</b>	<b>51</b>
<b>25</b>	<b>Outros</b>	<b>52</b>
		<b>33</b>
		<b>34</b>
		<b>36</b>
		<b>37</b>
		<b>41</b>
		<b>42</b>
		<b>43</b>
		<b>43</b>
		<b>44</b>
		<b>51</b>
		<b>51</b>
		<b>52</b>
<b>26</b>	<b>Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC</b>	<b>53</b>
<b>27</b>	<b>Provisão para riscos cíveis, tributárias e trabalhistas</b>	<b>53</b>
<b>28</b>	<b>Capital social</b>	<b>60</b>
<b>29</b>	<b>Receita operacional líquida</b>	<b>61</b>
<b>30</b>	<b>Custo com energia elétrica</b>	<b>66</b>
<b>31</b>	<b>Custo de operação, custo de construção e despesas operacionais</b>	<b>70</b>
<b>32</b>	<b>Resultado financeiro</b>	<b>71</b>
<b>33</b>	<b>Imposto de renda</b>	<b>72</b>
<b>34</b>	<b>Prejuízo por ação</b>	<b>72</b>
<b>35</b>	<b>Plano nacional de universalização do acesso e uso de energia elétrica</b>	<b>73</b>
<b>36</b>	<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>74</b>
<b>37</b>	<b>Seguros</b>	<b>74</b>
<b>38</b>	<b>Transações com partes relacionadas</b>	<b>76</b>
<b>39</b>		<b>77</b>
<b>39</b>	<b>Remuneração do pessoal chave</b>	<b>78</b>
<b>40</b>	<b>Treinamento e desenvolvimento de pessoal</b>	<b>78</b>
<b>41</b>	<b>Leilão de energia</b>	<b>78</b>
<b>42</b>	<b>Questões ambientais</b>	<b>78</b>
<b>43</b>	<b>Compromissos operacionais de longo prazo</b>	<b>79</b>
<b>44</b>	<b>Instrumentos financeiros e gestão de riscos</b>	<b>80</b>
<b>45</b>	<b>Eventos subsequentes</b>	<b>86</b>

**ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS**  
**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em milhares de reais)

	<b>Notas</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
<b>Ativos</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	9.619	25.646
Títulos e valores mobiliários	6	6.807	
Clientes	7	279.559	231.241
Tributos e contribuições sociais	8	8.466	10.762
Direito de ressarcimento	9	40.561	8.570
Almoxarifado	10	5.545	5.040
Serviços em curso	11	28.338	23.998
Ativos financeiros	12	73.238	-
Outros	13	26.291	17.378
		<u>478.424</u>	<u>322.635</u>
<b>Não circulante</b>			
<b>Realizável a longo prazo</b>			
Clientes	6	197.314	171.341
Tributos e contribuições sociais	8	5.997	5.968
Cauções e depósitos vinculados	14	39.600	40.852
Ativos financeiros	12	781.469	587.852
Outros	13	564	3.948
		<u>1.024.944</u>	<u>809.961</u>
Investimentos		168	168
Intangível	15	13.635	43.809
Imobilizado	16	23.698	24.088
		<u>1.062.445</u>	<u>878.026</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS**  
**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO**  
 (Em milhares de reais)

	Nota	<u>2014</u>	<u>2013</u>
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	17	175.962	141.121
Tributos e contribuições sociais	18	82.885	44.799
Financiamentos e empréstimos	19	239.850	236.368
Obrigações de ressarcimento	20	63.843	50.752
Benefício pós-emprego	21	5.762	5.023
Passivos financeiros	12	5.938	-
Obrigações estimadas	22	7.808	13.650
Encargos setoriais	23	431	497
Pesquisa e desenvolvimento	24	19.553	19.200
Outros	25	24.233	30.585
		<u>626.265</u>	<u>541.995</u>
<b>Não circulante</b>			
Fornecedores	17	-	6.427
Tributos e contribuições sociais	18	-	9.130
Financiamentos e empréstimos	19	718.482	393.387
Benefício pós-emprego	20	52.593	162.282
Passivos financeiros	12	5.673	-
Pesquisa e desenvolvimento	24	22.115	13.383
Adiantamentos para futuro aumento de capital	26	8.307	7.698
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	27	88.710	83.473
Outros	25	29.799	4.286
		<u>925.679</u>	<u>680.066</u>
<b>Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)</b>			
Capital social	27	726.447	726.447
Prejuízos acumulados		(678.710)	(583.356)
Outros resultados abrangentes		(58.812)	(164.491)
		<u>(11.075)</u>	<u>(21.400)</u>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<u><b>1.540.869</b></u>	<u><b>1.200.661</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS**  
**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PARA O EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Nota</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
<b>Receita operacional líquida</b>	29	1.342.133	921.456
<b>Custo operacional</b>			
<b>Custo com energia elétrica</b>	30		
Energia elétrica comprada para revenda		(831.566)	(504.780)
Encargos de uso do sistema de transmissão		(57.758)	(21.464)
		<u>(889.324)</u>	<u>(526.244)</u>
<b>Custo de operação</b>	31		
Pessoal, material e serviços de terceiros		(131.190)	(215.397)
Depreciação e amortização		(26.919)	(23.897)
Outros		(6.151)	(10.768)
		<u>(164.260)</u>	<u>(250.062)</u>
<b>Custo de construção</b>	29	<u>(93.192)</u>	<u>(104.440)</u>
<b>Lucro bruto</b>		195.357	40.710
<b>Despesas operacionais</b>	31	<u>(216.566)</u>	<u>(175.846)</u>
<b>Prejuízo do serviço de energia elétrica</b>		<u>(21.209)</u>	<u>(135.136)</u>
<b>Resultado financeiro</b>	32	<u>(81.363)</u>	<u>(25.730)</u>
Receitas financeiras		83.285	58.441
Despesas financeiras		(164.648)	(84.171)
<b>Prejuízo operacional antes da Lei 12.783/13</b>		<u>(102.572)</u>	<u>(160.866)</u>
Ganho sobre a Lei 12.783/13	33	-	23.717
<b>Resultado antes do imposto de renda</b>		<u>(102.572)</u>	<u>(137.149)</u>
Imposto de renda	34	7.218	-
<b>Prejuízo do exercício</b>		<u>(95.354)</u>	<u>(137.149)</u>
<b>Prejuízo básico por ação</b>	28	<u>(0,13)</u>	<u>(0,19)</u>
<b>Prejuízo diluído por ação</b>	28	<u>(0,07)</u>	<u>(0,11)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS  
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

---

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES PARA O EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em milhares de reais)

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
<b>Prejuízo do exercício</b>	(95.354)	(137.149)
<b>Outros componentes do resultado abrangente</b>		
Ganho/(Perda) atuarial com benefício pós-emprego	<u>105.679</u>	<u>(17.276)</u>
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<u><b>10.325</b></u>	<u><b>(154.425)</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em milhares de reais)

**ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS**  
**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

---

	<b>Capital Social</b>	<b>Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>TOTAL</b>
<b>Em 01 de janeiro de 2013</b>	<b><u>525.484</u></b>	<b><u>(446.207)</u></b>	<b><u>(147.215)</u></b>	<b><u>(67.938)</u></b>
Aumento de capital	200.963	-	-	200.963
Prejuízo do exercício	-	(137.149)	-	(137.149)
Perda atuarial com benefício pós-emprego	-	-	(17.276)	(17.276)
<b>Em 31 de dezembro de 2013</b>	<b><u>726.447</u></b>	<b><u>(583.356)</u></b>	<b><u>(164.491)</u></b>	<b><u>(21.400)</u></b>
Prejuízo do exercício	-	(95.354)	-	(95.354)
Ganho atuarial com benefício pós-emprego	-	-	105.679	105.679
<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>	<b><u>726.447</u></b>	<b><u>(678.710)</u></b>	<b><u>(58.812)</u></b>	<b><u>(11.075)</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



**ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS**  
**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013**

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO**  
 (Em milhares de reais)

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Prejuízo do exercício antes do imposto de renda	(102.572)	(137.149)
Ajustes de:		
Depreciação e amortização	32.215	29.135
Encargos financeiros - AFAC e Empréstimos	68.415	18.824
Encargos financeiros - Tributos e outros passivos	19.412	3.373
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	10.492	(45.292)
Provisão para contingências	18.219	(8.754)
Provisão para perdas em estoque	(1)	(902)
Provisão para fornecedores não liquidados	760.496	438.967
Valor residual do ativo financeiro- concessos do serviço público	(500)	(5.129)
Valor residual do ativo intangível	(221)	6.930
Valor residual do ativo imobilizado	-	2.311
Ativo financeiro - VNR Lei nº 12.783/13	13.959	(23.717)
Avaliação atuarial	(3.272)	5.495
Plano de incentivo ao desligamento - PID	326	4.392
Imposto de renda	7.218	-
Outros	(3.230)	522
	<u>923.528</u>	<u>426.155</u>
Variações nos ativos e passivos		
Títulos e valores mobiliários	(6.807)	-
Clientes	(51.909)	34.791
Tributos e contribuições sociais ativas	2.267	(3.205)
Direito de ressarcimento	(31.991)	(2.442)
Almoxarifado	(504)	1.555
Ativo financeiro	(184.974)	-
Outros créditos	(35.382)	(6.240)
Cauções e depósitos vinculados	(11.729)	1.741
Fornecedores	(732.082)	(433.309)
Tributos e contribuições sociais passivas	37.258	3.592
Obrigações estimadas	(5.842)	1.023
Obrigações de ressarcimento	13.091	16.554
Encargos setoriais	(66)	(1.924)
Passivos financeiros	11.611	-
Amortização de parcelamentos fiscais	(8.499)	(3.117)
Amortização de encargos financeiros de financiamentos e empréstimos	(44.261)	(4.851)
Outros passivos	4.574	(7.049)
	<u>(1.045.245)</u>	<u>(402.881)</u>
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais</b>	<b><u>(224.289)</u></b>	<b><u>(113.875)</u></b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisição do ativo financeiro - concessões de serviço público	(80.070)	(97.790)
Aquisição do intangível	(13.122)	(6.651)
Aquisição de imobilizado	(3.578)	(2.300)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b><u>(96.770)</u></b>	<b><u>(106.741)</u></b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Ingressos de financiamentos e empréstimos	673.799	270.359
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	21.918
Amortização do principal de financiamentos e empréstimos	(368.767)	(92.021)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos</b>	<b><u>305.032</u></b>	<b><u>200.256</u></b>
<b>Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b><u>(16.027)</u></b>	<b><u>(20.360)</u></b>
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	25.646	46.006
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	9.619	25.646
	<u>(16.027)</u>	<u>(20.360)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS**  
**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013**

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em milhares de reais)

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
<b>Receitas</b>		
Receitas operacionais	1.735.958	1.256.227
Ganhos sobre o valor novo de reposição	(13.959)	23.717
Provisão p/créditos de liquidação duvidosa	15.021	44.867
	<u>1.737.020</u>	<u>1.324.811</u>
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>		
Custo com energia	(889.324)	(526.244)
Custo de construção	(93.192)	(104.440)
Serviços de terceiros	(80.314)	(74.675)
Material	(1.535)	(1.816)
Outros custos operacionais	(131.845)	(115.967)
	<u>(1.196.210)</u>	<u>(823.142)</u>
<b>Valor adicionado bruto</b>	540.810	501.669
Depreciação e amortização	<u>(32.215)</u>	<u>(29.135)</u>
<b>Valor adicionado líquido gerado</b>	508.595	472.534
Receitas Financeiras	<u>83.285</u>	<u>58.441</u>
<b>Valor adicionado total</b>	<u><b>591.880</b></u>	<u><b>530.975</b></u>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
Pessoal e encargos	123.684	219.169
Impostos, taxas e contribuições	394.237	360.339
Juros e demais encargos financeiros	164.648	84.171
Arrendamentos e aluguéis	4.665	4.445
Prejuízo do exercício	<u>(95.354)</u>	<u>(137.149)</u>
<b>Valor adicionado distribuído</b>	<u><b>591.880</b></u>	<u><b>530.975</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A COMPANHIA ENERGÉTICA DE ALAGOAS (“ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS” ou “Companhia”), sociedade por ações de economia mista, domiciliada na Avenida Fernandes Lima, 3349 – Farol, Maceió/AL, e, controlada pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras, que detém 100% do seu capital social, é uma concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica de capital fechado.

Seu objetivo é projetar, construir e explorar o serviço público de distribuição aos consumidores finais de energia elétrica, assim como serviços que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito e atividades associadas ao serviço público de energia, prestar serviços técnicos de sua especialidade e praticar os demais atos necessários à consecução de seu objetivo, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, órgão vinculado ao Ministério de Minas e Energia – MME.

Para cumprir com as obrigações operacionais e administrativas, a Companhia conta com 1.016 empregados (1.058 em 31.12.2013), para atender a aproximadamente 1.013.867 consumidores (981.326 em 31.12.2013).

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional normal dos negócios da Companhia, de acordo com o CPC 26 (R1), em seus itens 25 e 26. A administração da Companhia, objetivando a melhoria dos resultados, vem dando sequência às ações de implantação de ferramentas de gestão que visam à modernização e à redução de custos. Encontra-se em fase de aprovação o Plano Diretor de Negócios e Gestão – PDNG – 2014/2018, que contém uma carteira de projetos prioritários diretamente associados a diretrizes estratégicas de expansão sustentável e eficiência operacional. Outras medidas visando à melhoria dos resultados da Companhia estão sendo tratadas, tais como intensificação das ações de combate à inadimplência, redução de despesas operacionais e redução de perdas, com destaque aos investimentos do Projeto Energia +, cujo objetivo é o de elaborar e implementar um plano de ação e de investimentos com recursos do financiamento através do BIRD para Eletrobras com custos diferenciados.

Destaque nesse exercício foram também as implementações das práticas de Governança Corporativa e Gestão Empresarial com foco na competitividade, como:

- Realização de investimentos para melhoria da qualidade do fornecimento de energia elétrica e redução das perdas técnicas e não técnicas;
- Combate às perdas não técnicas, posicionando-se como a segunda empresa do Nordeste que mais reduziu o indicador;
- Gerenciamento centralizado das questões regulatórias;
- Implantação de estrutura organizacional mais moderna;
- Continuidade das ações do Projeto Energia+, em parceria com o Banco Mundial;
- Redução de PMSO (despesas com Pessoal, Material, Serviços de Terceiros e Outros);

As ações acima expostas influenciariam consideravelmente na consolidação de melhores resultados econômico e financeiro se não fossem as dificuldades vividas em face das exposições involuntárias no Mercado de Energia e os diversos acionamentos das Usinas Termelétricas, afetando todas as Distribuidoras de Energia Elétrica do país.

Dentro das Novas Regras de Governança consta o Contrato de Metas de Desempenho Empresarial – CMDE, contrato firmado com a Eletrobras Holding, que reporta desafios nas seguintes dimensões: econômico-financeira, operacional, e socioambiental. Nele estão estabelecidos metas e resultados objetivando maior eficiência, robustez e rentabilidade financeira, bem com as condições de acompanhamento e monitoramento a vigorar até 31 de dezembro de 2017, conforme descrito a seguir:

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

- Consolidação da gestão integrada e realização do saneamento e equilíbrio econômico financeiro;
- Aumento da eficácia e eficiência operacional, melhoria da qualidade dos serviços, redução das perdas de energia e inadimplência;
- Modernização da estrutura organizacional e sistema de gestão, melhoria e integração dos processos administrativos, capacitação e profissionalização do quadro gerencial e técnico-administrativo das empresas.

A Companhia está ciente dos desafios para 2015 e nesse contexto, confiando em seu corpo funcional, está pronta a concentrar seus esforços na melhoria do serviço prestado a seus consumidores, de modo a cumprir os compromissos com a sociedade, acionistas e fornecedores.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 25 de março de 2015.

**2. CONCESSÕES**

A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em todos os 102 municípios do Estado de Alagoas junto a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL mediante o Contrato de Concessão nº 07/2001-ANEEL, com vigência de 02/2001 a 07/20015, e termos aditivos celebrados, respectivamente, em 15 de julho de 2005 e em 8 de junho de 2010, com vigência até 7 de julho de 2015, e 10 de dezembro de 2015.

**Prorrogação das Concessões de Serviço Público de Energia Elétrica**

Em atendimento a subcláusula primeira da Cláusula terceira do contrato de concessão nº 07/2001, a Companhia protocolou a correspondência CT PR 113/2012, de 19.06.2012 nas ANEEL o pedido de renovação do contrato de concessão, pelo prazo previsto em Lei que venha a disciplinar a matéria. Considerando o disposto no § 2º do Art. 2º do Decreto nº 7.805, de 14 de setembro de 2012, que regulamenta a Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, a Companhia ratificou através da correspondência CT PR 154/2012, de 24 de setembro de 2012, o interesse de prorrogação do contrato de Concessão, manifestando concordância integral com as condições de prorrogação estabelecidas na Legislação.

Dita manifestação tinha natureza preliminar, visando resguardar o direito das empresas à prorrogação, face ao prazo decadencial previsto do Decreto nº 7.805/12. É fato, contudo, que os estudos para a decisão final quanto à pretensão de serem assinadas as prorrogações dependeriam de informações que somente vieram a ser publicadas nos dias 1 e 29 de novembro de 2012.

Em atendimento a subcláusula terceira da cláusula terceira do contrato de concessão, que prevê a manifestação sobre o requerimento de prorrogação até o 18º (décimo oitavo) dia, a ANEEL se manifestou através do Ofício Circular nº 01/2014-DR/ANEEL, de 17 de janeiro de 2014, informando que face a publicação da Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, o requerimento encontra-se em análise, cabendo ao poder concedente decisão final sobre a aprovação ou rejeição de tal pedido.

Em 10 de dezembro de 2014, a Companhia assinou o 3º termo aditivo do contrato de concessão nº 007/2001, cujo objeto é incluir dispositivo que garanta que os valores registrados na Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A"- CVA e outros itens financeiros, sejam incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão, na forma das alterações efetuadas na redação da cláusula décima primeira do contrato de concessão, que trata da reversão dos bens e instalações vinculadas, estabelecidas na cláusula segunda deste termo aditivo. Todas as demais cláusulas e condições, permanecem válidas e inalteradas.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

**3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente nos exercícios apresentados salvo disposição em contrário.

**3.1 – Base de preparação**

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e procedimentos básicos determinado pela ANEEL através do Despacho nº 4.786 de 11 de dezembro de 2014.

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando diversas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração da Companhia para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para crédito de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas Demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissa periodicamente, em prazo não superior a um ano (Nota 4).

**a) Mudança nas políticas contábeis e divulgações**

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2014.

O seguinte pronunciamento foi adotado pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2014:

- ✓ OCPC 08 – “Reconhecimento de Determinados Ativos ou Passivos nos relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade”, de 9 de dezembro de 2014. Em caso de extinção da concessão, além dos valores de indenização decorrentes de investimentos não amortizados ou depreciados no curso da concessão, também serão objeto de indenização pelo Poder Concedente os saldos remanescentes apurados de itens da Parcela A que não tenham sido recuperados por meio dos ciclos tarifários. Os efeitos do aditamento dos contratos de concessão não têm natureza de mudança de política contábil, mas, sim, a de uma nova situação e, consequentemente, sua aplicação deve ser prospectiva.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

**3.2 – Conversão de moeda estrangeira**

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

**a) Moeda funcional e moeda de apresentação**

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional (Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

**b) Transações e saldos**

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos nas demonstrações do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionadas com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração de resultado como receita ou despesa financeira.

**3.3 – Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata e sujeito a risco insignificante de mudança de valor, classificadas como empréstimos e recebíveis.

**3.4 – Ativos financeiros**

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

**a) Ativo financeiro a valor justo por meio do resultado**

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

**b) Empréstimos e recebíveis**

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem "Clientes" (Nota6).

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

**c) *Impairment* de ativos financeiros**

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidências objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros esta deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

**d) Ativo financeiro – concessões do serviço público**

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de concessão. Essa parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado custo de capital próprio (WACC), que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa aos clientes.

**3.5) Passivos financeiros**

Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

**3.6) Clientes**

Engloba as contas a receber por fornecimento de energia elétrica faturado e não faturado, este último por estimativa, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até o encerramento do balanço. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

As contas a receber de clientes e outros estão apresentadas líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD, reconhecida com base em estimativas da administração em valor considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas. Os principais critérios definidos pela Companhia estão demonstrados na Nota 6.6.

**3.7) Almoxarifado**

Os materiais e equipamentos em estoque, classificados no ativo circulante (almoxarifado de manutenção e administrativo), estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela administração da Companhia.

**3.8) Intangível**

Compreende o direito de uso da infra-estrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado).

A amortização do intangível é baseada na vida útil-econômica de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infra-estrutura de distribuição, limitado ao prazo de concessão, estabelecida pela ANEEL, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente.



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

**3.9) Imobilizado**

É avaliado ao custo de aquisição ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável. As depreciações são calculadas pelo método linear de acordo com as taxas fixadas pela ANEEL.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos Aproximadamente</u>
Edificações	30
Máquinas	25
Veículos	7
Móveis, utensílios e equipamentos	16

Em função da adoção da Orientação Técnica OCPC 01, os valores registrados como ativo imobilizado referem-se basicamente a bens de uso administrativo. Os demais ativos geradores de receita e vinculados a concessão foram reclassificados para ativos financeiros e intangíveis.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos (perdas), líquidos" na demonstração de resultado.

**3.10) Outros investimentos**

Representam investimentos em ações e quotas de direitos sobre a comercialização de obra audiovisual, que não se destinam ao objetivo da concessão e estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos de provisão para perdas, quando aplicável.

**3.11) Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

A administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

**3.12) Financiamentos e empréstimos**

As obrigações em moeda nacional são atualizadas pela variação monetária e pelas taxas efetivas de juros, incorridos até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos custos de transação incorridos na captação dos recursos.

Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, nesse caso o ativo intangível correspondente ao direito de uso da infra-estrutura para a prestação do serviço público, estão incluídos no custo do intangível em curso até a data em que estejam prontos para o uso pretendido, conforme CPC 04 – Ativo Intangível e CPC 20 – Custos de Empréstimos. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

**3.13) Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, os valores são apresentados como passivo não circulante.

**3.14) Provisões**

As provisões são determinadas através do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desconto a valor presente são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

**a) Provisão para obrigações legais vinculadas a processos judiciais**

As provisões judiciais são constituídas sempre que a perda for avaliada como provável, que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos são mensuráveis com suficiente segurança, levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento de Tribunais.

**3.15) Benefícios pós-emprego**

A Companhia instituiu e patrocina a Fundação CEAL de Assistência Social e Previdência (FACEAL), caracterizada como uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), para a administração dos programas de benefícios pós-emprego, relativos a complementações previdenciárias.

A Companhia tem planos de benefício definido e, também, de contribuição definida. Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a entidade separada e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores como idade, tempo de serviço e remuneração.

Neste regime, as contribuições destinam-se à cobertura dos benefícios a serem pagos aos participantes, acumulados desde a data da sua admissão no plano, bem como para amortização dos benefícios relativos ao tempo anterior de serviço.

Os benefícios previdenciários concedidos pela FACEAL são:

- Suplementação de aposentadoria por invalidez
- Suplementação de aposentadoria por tempo de serviço
- Suplementação de aposentadoria por idade
- Suplementação de pensão por morte
- Suplementação de aposentadoria especial e de ex-combatente
- Suplementação de abono anual

## ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

Esses benefícios são garantidos através de dois planos: o primeiro, mais antigo, tem a característica de Plano de Benefício Definido – BD, que garante renda vitalícia aos beneficiários. O outro, com a característica de Plano de Contribuição Definida – CD, implantado a partir de 2008, garante rendas por prazos definidos de acordo com a capitalização ocorrida no período de atividade.

Quanto ao programa diretamente gerenciado pela Companhia em benefício de antigos empregados não beneficiários da FACEAL, há a concessão de um pecúlio por morte e a cobertura de gastos com assistência médica, envolvendo uma população fechada.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de custos de serviços passados não reconhecidos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente, são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biológicas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são debitados ou creditados em “Outros Resultados Abrangentes” durante o período esperado de serviço remanescente dos beneficiários.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

Com relação aos planos de contribuição definida, a Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas.

#### **3.16) Participação nos lucros**

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas.

#### **3.17) Capital Social**

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. A Eletrobras é acionista majoritária da Companhia.

Ações ordinárias – custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais não resgatáveis são classificadas no patrimônio líquido, pois incorrem dividendos discricionários, não contém qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais da Companhia. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições dentro no patrimônio líquido na sua aprovação pelos acionistas da Companhia.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

**3.18) Resultado por ação**

O lucro por ação é calculado considerando o número médio ponderado de ações ordinárias em vigor durante o ano, de acordo com o pronunciamento CPC 41.

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da média das ações em circulação

**3.19) Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)**

Adiantamento de recursos recebidos do acionista controlador e destinados a capital, concedidos em caráter irrevogável. São classificados como passivo exigível não circulante e reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente atualizados pela taxa SELIC (Nota 26).

**3.20) Encargos setoriais**

Os encargos setoriais são definidos em legislação específica e suas quotas são fixadas pela ANEEL.

**a) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)**

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

**b) Programas de Eficientização Energética (PEE), Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)**

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

**c) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)**

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

**d) Encargo do Serviço do Sistema (ESS)**

Representa o custo incorrido para manter a confiabilidade e a estabilidade do Sistema Interligado Nacional para o atendimento do consumo de energia elétrica no Brasil. Esse custo é apurado mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE e é pago pelos agentes da categoria consumo aos agentes de geração.

**3.21) Imposto de renda e contribuição social**

A receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica está sujeita a impostos, taxas e contribuições que são apresentados como deduções da receita bruta na demonstração do resultado. A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

**3.22) Ajuste a valor presente de ativos e passivo**

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

**3.23) Compromissos com o meio ambiente**

A capitalização de gastos referentes a demandas ambientais está consubstanciada nas previsões regulamentares do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, em atendimento às exigências dos órgãos públicos competentes para concessão das respectivas licenças que permitirão a execução dos projetos.

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA é o principal órgão na esfera federal e a Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEDAM na esfera estadual.

Na hipótese dos gastos decorrerem de questões ambientais, sem, no entanto, estarem relacionados a projetos de investimentos, os mesmos são apropriados ao resultado como despesa operacional.

O reconhecimento das obrigações assumidas obedece ao regime de competência, a partir do momento em que haja a formalização do compromisso, e são quitadas em conformidade com os prazos avençados entre as partes.

**3.24) Subvenções governamentais – subvenção da tarifa aos consumidores de baixa renda**

As subvenções econômicas do subsídio da baixa renda a serem ressarcidas pelo fundo da CDE, administrado pela Eletrobras, são reconhecidas no resultado pelo regime de competência.

**3.25) Reconhecimento da receita**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos.

**a) Receita não faturada**

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e à receita de utilização da rede de distribuição não faturada, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal até o último dia do mês.

**b) Receita de construção**

A Interpretação Técnica ICPC 01 estabelece que o concessionário de energia elétrica deva registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual à zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionada. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

**c) Receita financeira**

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento.

**3.26) Demonstrações dos fluxos de caixa**

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

**3.27) Demonstrações do valor adicionado (DVA)**

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para as IRFS representam informação financeira adicional.

**3.28) Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor**

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

Publicada em julho de 2014, substitui as orientações na IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. É efetiva para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

- IFRS 15 – Receita de Contratos com Clientes

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS e U.S.GAAB quando a nova norma for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A Companhia ainda não escolheu o método de transição para a nova norma nem determinou os efeitos da nova norma nos relatórios financeiros atuais.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- IFRS 14- Contas Regulatórias de Diferimento
- Esclarecimento sobre Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização (Alterações da IAS 16 e IAS 38)
- Melhorias anuais das IFRSs de 2010-2012
- Melhorias anuais das IFRSs de 2011-2013

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes as estas normas. Adoção antecipada não é permitida.

## ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### **3.29) Imposto Regime Tributário de Transição – RTT**

No dia 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória (MP) nº 627 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Em maio de 2014 esta medida provisória foi convertida na Lei 12.973, com alterações em alguns dispositivos, principalmente no tratamento de dividendos, dos juros sobre o capital próprio e da avaliação de investimentos pelo valor de patrimônio líquido. Estabeleceu ainda a não incidência tributária de forma incondicional para os lucros e dividendos calculados com base nos resultados apurados entre 01 de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2013. A Companhia decidiu não optar pela aplicação no exercício de 2014.

#### **3.30) Ambiente Regulatório**

Como concessionária do serviço público de distribuição de energia elétrica, a Companhia está sujeita às exigências estabelecidas em seu contrato de concessão e às normas definidas pela ANEEL.

Ao passo que o ano de 2013 foi marcado pela redução de tarifa em função da Lei nº 12.783 de 11.01.2013, o ano de 2014 foi marcado pelo grande aumento no preço de compra da energia adquirida para revenda.

Com pouca água nos reservatórios das hidrelétricas, as distribuidoras tiveram que recorrer às usinas termelétricas, que produzem energia mais cara, o que conseqüentemente impacta na tarifa final cobrada do consumidor.

As distribuidoras, desde 2013, enfrentam significativas dificuldades para cumprirem suas obrigações, dispostas especialmente na Lei nº 10.848/2004 e no Decreto nº 5.163/2004, de contratar o montante de energia elétrica necessário para garantir o atendimento à totalidade de seus respectivos mercados consumidores.

Tais dificuldades têm como origem eventos aos quais as referidas concessionárias não deram causa, alheios à sua gestão, tais como:

- a) Redução compulsória de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado ("CCEARs") celebrados entre geradoras e distribuidoras, determinada pela Lei nº 12.783, de 11.01.2013 ("Lei nº 12.783/2013");
- b) A insuficiência das cotas de garantia física alocadas às distribuidoras, causada pela adesão de apenas parte das geradoras às condições de prorrogação de concessões determinadas pela Lei nº 12.783/2013;
- c) Transferência para as distribuidoras do risco hidrológico, ou seja, dos efeitos no mercado de curto prazo em decorrência de geração hidrelétrica equivalente de energia abaixo dos montantes contratuais, com a nova modalidade de contratos de cotas instituída pela Lei 12.783/2013;
- d) Cancelamento ou insuficiência de oferta em leilões de energia existente nos anos de 2012, 2013 e 2014; e

## ELETOBRAS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

e) Postergação da entrada em operação comercial de usinas hidrelétricas (p.ex., UHE Jirau e UHE Santo Antonio).

O Governo Federal, através do Decreto nº 7.945/13, definiu o repasse de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE para cobrir os custos decorrentes do despacho das usinas termelétricas e da exposição involuntária das distribuidoras ao mercado atacadista de energia.

Em 07 de março de 2014, foi publicado o Decreto nº 8.203/14, de forma a incluir a neutralização da exposição involuntária das concessionárias de distribuição no mercado de curto prazo, para a competência de janeiro de 2014, decorrente da compra frustrada no leilão de energia proveniente de empreendimentos existentes realizado em dezembro de 2013.

Através do Decreto nº 8.221/2014 de 02 de abril de 2014, foi instituída a Conta no Ambiente de Contratação Regulada – Conta ACR, destinada a cobrir, total ou parcialmente as despesas incorridas pelas concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica decorrente de Exposição involuntária no mercado de curto prazo e Despacho de usinas termelétricas vinculadas a Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEAR, na modalidade por disponibilidade de energia elétrica. O Decreto define que Caberá à CCEE contratar as operações de crédito destinadas à cobertura prevista no caput e gerir a CONTA-ACR, assegurado o repasse dos custos incorridos nas operações à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE.

A Resolução Normativa ANEEL nº 612, de 16 de abril de 2014, dispõe sobre a obrigação da CCEE de contratar banco gestor e agente fiduciário para proceder às movimentações financeiras vinculadas a conta ACR. Foram firmados dois contratos de financiamentos:

- ✓ Em 02 de abril de 2014 com diversas instituições financeiras com limite total de R\$ 11,2 bilhões, com taxa CDE + 1,9% ao ano e período de pagamento: de 15 de novembro de 2015 a 15 de outubro de 2017;
- ✓ Em 15 de agosto de 2014 com diversas instituições financeiras no valor de R\$ 6,6 bilhões, com as mesmas condições do contrato anterior.

#### Reajuste Tarifário

Os contratos de concessão firmados entre as distribuidoras de energia elétrica e a União, por intermédio da ANEEL, estabelecem que anualmente deve ocorrer uma atualização do valor da energia paga pelo consumidor. Essa atualização, em função da metodologia estabelecida pela ANEEL, pode ser positiva ou negativa e ocorre anualmente, na data de aniversário da distribuidora.

Segundo o contrato de concessão, a receita da concessionária é dividida em duas parcelas: A e B. Na parcela A, responsável por cerca de 70% do valor da tarifa, são relacionados os custos considerados não gerenciáveis pela distribuidora, ou seja, custos que independem de controle direto da Empresa, tais como a energia comprada para revenda aos consumidores e os encargos e tributos legalmente fixados.

Na parcela B, que representa cerca de 30% do valor da tarifa, são computados os custos chamados de gerenciáveis. São aqueles que a concessionária tem controle direto e plena capacidade de administrá-los, tais como custos de pessoal, custos de material e outras atividades vinculadas diretamente à operação e manutenção dos serviços de distribuição, custos de depreciação e a remuneração dos investimentos realizados pela Empresa para o atendimento do serviço.

No ano de 2014 ocorreu o Reajuste Tarifário Anual. O índice de reajuste para aplicação no período de 27 de agosto de 2014 a 26 de julho de 2015 foi publicado na Resolução Homologatória da ANEEL nº 1.782, de 26 de agosto de 2014, com efeito médio de 32,36%.



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

**4. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS**

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na database das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

**a) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

**b) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de Tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A administração da Companhia revisa suas estimativas e premissas em bases anuais.

**c) Provisões para créditos de liquidação duvidosa**

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída de acordo com os procedimentos e critérios definidos pela administração que inclui a análise criteriosa das faturas de energia elétrica vencidas, para cobrir eventuais perdas na realização de valores a receber, com base em critérios definidos pela administração da Companhia.

**d) Benefícios de planos de pensão**

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que dever ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que tem prazos de vencimento próximo aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

**e) Valor novo de reposição**

Nos termos da MP nº 579 de 2012, faz-se necessário o cálculo das indenizações do valor dos investimentos dos bens reversíveis ainda não amortizados ou não depreciados.

A Companhia procedeu ao cálculo entre o valor contabilizado e o apurado comparando-os com o valor da Base de Remuneração Regulatória - BRR, corrigido pelo IGPM e reconhecidos no resultado do exercício como receita..

**f) Reconhecimento dos valores a receber e obrigações da Conta de Valores "Parcela A" e outros itens financeiros**

Através do Despacho 4.621, de 25 de novembro de 2014, a ANEEL decidiu aprovar o termo aditivo dos contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica, com o objetivo de eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A – CVA e outros componentes financeiros.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu a Orientação OCPC 08, cujo objetivo é tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidência dos direitos ou obrigações das concessões públicas de distribuição de energia elétrica.

O aditamento dos contratos de concessão, nos termos tratados nesta Orientação, representa um elemento novo que assegura, a partir da data de sua assinatura, o direito ou impõe a obrigação de a concessionária receber ou pagar os ativos e passivos junto à contraparte - poder concedente. Esse novo evento altera, a partir da data da assinatura do aditivo contratual, o ambiente e as condições contratuais anteriormente existentes e extingue as incertezas quanto à capacidade de realização do ativo ou exigibilidade do passivo. O efeito deste aditamento não tem natureza de mudança de política contábil, mas, sim, a de uma nova situação e, conseqüentemente, sua aplicação deve ser prospectiva. O saldo acumulado em 31 de dezembro de 2014, desses valores estão registrados no ativo e passivos financeiros em contrapartida do resultado do exercício na rubrica de receita não faturada (Nota 11).

O contrato de concessão foi aditado em 10 de dezembro de 2014, para o reconhecimento dos valores homologados e incluídos na tarifa em agosto de 2014 e os que serão liquidados no próximo reajuste tarifário.

**ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS**

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Fundos de caixa	81	50
Recursos em contas bancárias	6.725	11.568
Ordens de pagamento emitidas	48	257
Numerário em trânsito	2.750	2.942
Aplicação financeira	15	10.829
	<b>9.619</b>	<b>25.646</b>

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e com remuneração diária pela taxa extramercado. Os recursos são originários dos saldos disponíveis dos empréstimos contratados com a holding para o programa de investimentos da Companhia.

Agente Financeiro	Referência	Vencimento	Rentabilidade média	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Caixa Econômica	Extra Mercado	Disponível	10,45		10.815
Banco do Brasil S.A.	BB Extra Mercado	Disponível	10,54	15	14
				<b>15</b>	<b>10.829</b>

A exposição da aplicação financeira a risco de taxa de juros está divulgada na Nota 44.

**6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

Agente Financeiro	Referência	Vencimento	Rentabilidade média	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Caixa Econômica	Extra Mercado	Disponível	10,45	6.807	-
				<b>6.807</b>	-

Estão contabilizadas as aplicações financeiras de curto prazo junto a Caixa Econômica Federal, nos termos da legislação específica para as empresas estatais, emanada do decreto-lei nº 1.290 de 3 de dezembro 1973, com as alterações decorrentes da Resolução nº 3.284, de 25 de maio de 2005, do Banco Central do Brasil, que estabeleceu novos mecanismos para aplicações das empresas públicas e das sociedades de economia mista integrantes da administração federal indireta.

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica liquidez, rentabilidade diária por meio de investimentos em títulos de renda fixa, pre e pós-fixados. O recurso dessa aplicação é utilizado como garantia em leilão de energia. A rentabilidade do BB Renda Fixa 500 no ano é de 7,2089.

**ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS**
**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**7. CLIENTES**

As contas a receber de consumidores estão compostas da seguinte forma:

**a) Consumidores e concessionários**

Ativo circulante	2014				Total	2013
	Saldos vincendos	Saldos Vencidos		PCLD		
		Até 90dias	mais de 90dias			
Fornecimento Faturado						
Privado						
Residencial	52.092	44.651	15.035	(14.449)	97.329	71.465
Industrial	17.775	3.681	6.650	(11.223)	16.883	7.525
Comercial	35.682	11.255	6.941	(8.415)	45.463	33.697
Rural	7.563	1.884	4.650	(6.302)	7.795	3.522
	<b>113.112</b>	<b>61.471</b>	<b>33.276</b>	<b>(40.389)</b>	<b>167.470</b>	<b>116.209</b>
Público						
Poder Público						
Federal	1.566	1.415	638	(828)	2.791	2.258
Estadual	2.004	989	684	(803)	2.874	1.778
Municipal	2.382	2.746	969	(1.965)	4.132	2.876
	5.952	5.150	2.291	(3.596)	9.797	6.912
Iluminação Pública	4.938	1.780	2.907	(2.392)	7.233	8.466
Serviço Público	4.480	11.309	14.832	(25.833)	4.788	4.762
	15.370	18.239	20.030	(31.821)	21.818	20.140
Fornecimento não faturado	24.207			(815)	23.392	18.168
Serviço taxado	3.382				3.382	3.555
Parcelamento de débitos (6 c)	40.208	13.500	26.284	(29.077)	50.915	51.926
Acréscimo moratório			105.337	(98.962)	6.375	6.375
Energia Livre			3.267	(3.267)		
Programa de redução do consumo de energia elétrica			3.950	(3.950)		
Arrecadação em classificação e outros	2.903				2.903	12.244
	199.182	93.210	192.144	(208.281)	276.255	228.617
Encargos de uso do sistema	500	2.804	8.454	(8.454)	3.304	2.624
	<b>199.682</b>	<b>96.014</b>	<b>200.598</b>	<b>(216.735)</b>	<b>279.559</b>	<b>231.241</b>
<b>Ativo não circulante</b>						
Parcelamentos de débitos (6 c)	261.661			(64.347)	197.314	171.341
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (6 b)	14.614			(14.614)		
	<b>276.275</b>			<b>(78.961)</b>	<b>197.314</b>	<b>171.341</b>

A variação positiva decorre do reajuste tarifário médio de 39,17% ocorrido a partir de 26 de agosto de 2014, com base na Resolução Homologatória da ANEEL Nº 1.782 de 26.08.2014, do aumento do mercado cativo com 32.541\* novas unidades consumidoras e de ações implementadas no combate a inadimplência em especial cobranças judiciais e administrativa.

(

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

**b) Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

Para a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, o saldo a receber dos clientes com débitos relevantes é analisado de forma individual, considerando a experiência da administração em relação às perdas efetivas com consumidores, a existência de garantias reais, a renegociação do débito e à situação do devedor, se em concordata e/ou falência. Seguindo as regras da ANEEL.

Os seguintes critérios para constituição do PCLD para os débitos de baixa tensão foram adotados:

**Consumidores de baixa tensão:**

- Consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores da classe comercial vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores das classes: industrial, rural, poder público, iluminação pública e serviço público, vencidos há mais de 90 dias. Além disso, foi constituída provisão de 100% para os consumidores industriais que se encontram em processo de falência.

**Consumidores de alta tensão:**

Para os consumidores considerados relevantes foram provisionados todos os valores, após análise individualizada (garantias reais, devedor costumaz, renegociação de dívida, histórico de perdas, processos de concordata ou falência, idade de cada consumidor, etc). Foram considerados os seguintes critérios para constituição:

- Consumidores da classe residencial vencidos há mais de 60 dias;
- Consumidores da classe comercial vencidos há mais de 60 dias;
- Consumidores das classes: industrial, rural, poder público, iluminação pública e serviço público, vencidos há mais de 60 dias.

**Parcelamentos:**

Nos parcelamentos, a reversão do débito está sendo feita de forma gradativa até o pagamento da 3ª parcela, assim no recebimento da 4ª parcela ocorrerá a reversão do montante ainda registrado na PCLD. Essa é uma prática do grupo para as empresas distribuidoras, de acordo com a nota técnica sobre a PCLD Nº 14/DF/2012.

**ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS**

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir a movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa de clientes:

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Saldo no início do exercício	(323.182)	(368.049)
Provisões constituídas	(92.955)	(51.004)
Baixa de títulos considerados incobráveis	82.464	95.871
Saldo no fim do exercício	<u>(333.673)</u>	<u>(323.182)</u>
<b>Circulante</b>	<u>(220.693)</u>	<u>(221.597)</u>
Consumidores	(216.735)	(218.930)
Devedores diversos (Nota 12)	(3.958)	(2.667)
<b>Não circulante</b>	<u>(112.980)</u>	<u>(101.585)</u>
Consumidores	(78.961)	(96.467)
Devedores diversos (Nota 12)	(29.762)	(861)
Outros	(4.257)	(4.257)
	<b><u>(333.673)</u></b>	<b><u>(323.182)</u></b>

**c) Parcelamentos de créditos de energia elétrica**

Representam os valores resultantes da consolidação de parcelamentos de débitos de contas de fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes e com vencimento futuro, cobrados em contas de energia, conforme demonstrado a seguir:

	<b>2014</b>		<b>2013</b>	
	<b>Circulante</b>	<b>Não circulante</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não circulante</b>
Residencial	12.968	3.975	11.995	2.890
Industrial	22.331	21.076	25.742	24.897
Comercial	21.587	16.508	20.395	20.947
Rural	1.695	2.116	2.003	2.036
Poder público	18.841	62.451	17.645	64.223
Iluminação pública	835	6.970	182	1.290
Serviço público	1.735	148.565	734	137.420
	<u>79.992</u>	<u>261.661</u>	<u>78.696</u>	<u>253.703</u>
(-) PCLD	(29.077)	(64.347)	(26.770)	(82.362)
	<b><u>50.915</u></b>	<b><u>197.314</u></b>	<b><u>51.926</u></b>	<b><u>171.341</u></b>

Na classe Serviço Público constam quatro parcelamentos firmados com a Companhia de Abastecimento D'Água e Saneamento de Alagoas – CASAL: nºs002/2004 de 9 de janeiro de 2004 com 120 parcelas, nº 006/2008 de 28 de dezembro de 2008 com 240 parcelas, nº 02905/2012 de 6 de fevereiro de 2012 com 24 parcelas e nº 10506/2013 com 36 parcelas.

A Companhia estima a realização do parcelamento de créditos de energia elétrica da seguinte forma:

ELETOBRAS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
2015	23.216	23.453
2016	20.001	20.147
2017	19.361	18.695
2018	19.046	18.551
Após 2018	180.037	172.857
	<b>261.661</b>	<b>253.703</b>

**d) Encargos de uso do sistema da rede elétrica**

Refere-se a receita faturada de terceiros pelo uso das linhas, redes e subestações do sistema de distribuição

**e) Energia de curto prazo**

Todos os contratos de compra e venda de energia celebrados no mercado são registrados na CCEE que contabiliza as diferenças entre os montantes de energia elétrica contratados e os montantes de geração e de consumo efetivamente verificados e atribuídos a cada agente. As diferenças apuradas podem ser positivas ou negativas e serão liquidadas no mercado de curto prazo e valoradas pelo PLD – Preço de liquidação das diferenças.

**8. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS**

	<b>2014</b>		<b>2013</b>	
	<b>Circulante</b>	<b>Não Circulante</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não Circulante</b>
ICMS a recuperar	4.336	5.997	3.956	5.968
ICMS antecipado	380	-	1.093	-
Retenções Lei nº 10.833/03	2.209	-	2.373	-
INSS	867	-	1.025	-
Imposto de renda retido na fonte	274	-	239	-
Imposto de renda estimado	-	-	1.375	-
Contribuição social estimada	-	-	496	-
Outros	400	-	205	-
	<b>8.466</b>	<b>5.997</b>	<b>10.762</b>	<b>5.968</b>

Com base na Lei Complementar nº 102/2002, a Companhia vem registrando ICMS a recuperar no Controle de Apropriação de Crédito do ICMS do Ativo Permanente - CIAP, decorrente das aquisições de bens destinados ao ativo imobilizado, intangível. Tais créditos ficam disponíveis para serem compensados com o pagamento de ICMS sobre o faturamento mensal na razão de 1/48 conforme determina a legislação estadual.

ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<b>Circulante</b>	<b>Não circulante</b>
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2013</b>	3.831	6.079
Movimentação	505	463
Ajuste a valor presente	(380)	(574)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	3.956	5.968
Movimentação	739	577
Ajuste a valor presente	(359)	(548)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>4.336</b>	<b>5.997</b>

**9. DIREITO DE RESSARCIMENTO**

		<b>2014</b>	<b>2013</b>
Subvenção baixa renda	(a)	9.061	6.730
Repasse CDE descontos tarifários	(b)	17.610	1.840
Repasse conta ACR	(c)	13.890	
		<b>40.561</b>	<b>8.570</b>

- a) Em cumprimento da Lei Federal nº 10.438/2002 e da Resolução ANEEL nº 246/2002, a Companhia criou no exercício de 2003 o Programa de Tarifa Social. Este programa beneficia as famílias inscritas no Cadastro Único do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome que tenham renda familiar mensal per capita de até meio salário mínimo ou até três salários mínimos quando houver, entre seus membros, portador de doença ou patologia cujo tratamento necessite de equipamentos que dependam do consumo de energia. Também são beneficiados os indígenas, quilombolas e aqueles que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BCP). Os valores das subvenções são apurados mensalmente e após homologação pela ANEEL os recursos financeiros são liberados pela Eletrobras. O saldo refere-se à provisão do mês de novembro (R\$ 4.450 homologado pela ANEEL através do Despacho nº 4.959/2014 de 2014) e do mês de dezembro de 2014 (R\$ 4.611 homologado pela ANEEL através do Despacho nº 225 de 30.01.2015).

A composição do saldo está apresentada abaixo:

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Saldo no início do exercício	6.730	6.128
Valores homologados	45.114	39.405
Valores recebidos	(42.783)	(38.803)
Saldo no fim do exercício	<b>9.061</b>	<b>6.730</b>

- b) O Decreto nº 7.945, de 7 de março de 2013, determinou que os recursos da CDE fossem destinados as distribuidoras para neutralizar a exposição no mercado de curto prazo, decorrente da alocação das cotas de garantia física de energia e de potência de que trata o art. 1º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e da não adesão à prorrogação de concessões de geração de energia elétrica; e para cobrir o custo adicional decorrente do despacho de usinas termelétricas acionadas em razão de segurança energética, conforme decisão do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico. O montante mensal dos recursos são homologados pela ANEEL e repassados pela Eletrobras, considerando o

**ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS**

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

resultado do processo de contabilização, no âmbito da CCEE, a partir das operações de janeiro de 2013. O saldo refere-se aos meses de maio a dezembro de 2014;

- c) O Decreto nº 8.221/2014, de 1º de abril de 2014, regulamentada pela Resolução Normativa ANEEL nº 612/2014, de 16 de abril de 2014, estabeleceu a criação da Conta no Ambiente de Contratação Regulada- Conta -ACR, que tem como finalidade cobrir total ou parcialmente, as despesas incorridas pelas concessionárias do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica do período de fevereiro a dezembro de 2014, em decorrência da Exposição Involuntária no mercado de curto prazo, e Despacho de usinas termelétricas vinculadas a contratos de comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR.

**10. ALMOXARIFADO**

O valor corresponde aos materiais em depósito, disponíveis para operação, manutenção e investimentos.

O almoxarifado é demonstrado ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação do almoxarifado é o da média ponderada móvel. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

Estão classificados neste grupo os materiais e equipamentos em almoxarifado.

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Almoxarifado	4.627	4.035
Destinados a alienação	94	181
Emprestados	824	824
Resíduos e sucatas	418	418
(-) Provisão para perdas em estoque	(418)	(418)
	<u>5.545</u>	<u>5.040</u>

**11. SERVIÇOS EM CURSO**

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
P&D - Pesquisa e desenvolvimento	14.561	11.227
PEE - Programa de eficiência energética	13.063	12.217
Outros	714	554
	<u>28.338</u>	<u>23.998</u>

Nesta rubrica estão contabilizados os gastos realizados com pesquisas e desenvolvimento e eficiência energética, enquanto os projetos não são encerrados.

A variação refere-se a gastos com os programa P&D: nas áreas de meio ambiente; eficiência energética e *Demand Response*; redes inteligentes; planejamento; operação; supervisão; controle e proteção; qualidade e confiabilidade dos serviços de energia elétrica; medição, faturamento e combate as perdas comerciais, e no programa de eficiência energética: programas voltados para conscientização, uso racional da energia elétrica e substituição de equipamentos ineficientes utilizados pela população, obedecendo à tipologia residencial baixa renda e educacional do programa de eficiência energética da ANEEL.



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

**12. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS****1) Reconhecimento dos valores a receber e obrigações de parcela A e outros itens financeiros**

Em 25 de novembro de 2014, a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A (CVA) e outros componentes financeiros. No termo de aditivo emitido pela ANEEL, o órgão regulador garante que os valores de CVA e outros componentes financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

Como consequência, foi emitido pelo CPC a Orientação Técnica – OCPC08 ("OCPC08") que teve por objetivo tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação destes ativos ou passivos financeiros que passam a ter a característica de direito (ou obrigação) incondicional de receber (ou entregar) caixa ou outro instrumento financeiro a uma contraparte claramente identificada.

De acordo com a OCPC 08, o aditamento aos Contratos de Concessão, representou um elemento novo que assegura, a partir da data de sua assinatura, o direito ou impõe a obrigação de o concessionário receber ou pagar os ativos e passivos junto à contraparte – Poder Concedente. Esse novo evento altera, a partir dessa data, o ambiente e as condições contratuais anteriormente existentes e extingue as incertezas quanto à capacidade de realização do ativo ou exigibilidade do passivo. São condições, assim, que diferem em essência das que ocorriam anteriormente.

Os efeitos do aditamento dos contratos de concessão e permissão não têm natureza de mudança de política contábil, mas, sim, a de uma nova situação e, conseqüentemente, sua aplicação será prospectiva. Portanto, o registro dos valores a receber e/ou obrigações foi efetuado em contas de ativo ou passivo financeiro, conforme o caso, em contrapartida ao resultado do exercício (receita de venda de bens e serviços).

- Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros

Trata-se dos valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão ou recuperado no próximo reajuste tarifário em agosto 2015. O referido evento demanda o reconhecimento do saldo de quaisquer diferenças de Parcela A e outros componentes financeiros ainda não recuperados ou liquidados. O termo aditivo ao contrato de concessão nº 007/2001, processo nº 48500.0056306/2014-05, foi publicado no Diário Oficial da União no dia 22 de dezembro de 2014.

ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<b>2014</b>
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	
Parcela A - CVA	(a) 57.616
Outros itens financeiros	(b) 15.622
	<u>73.238</u>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	
Parcela A - CVA	(a) 111.736
	<u>111.736</u>
	<u>111.736</u>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<u>184.974</u>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	
Parcela A - CVA	(2.258)
Outros itens financeiros	(3.680)
	<u>(5.938)</u>
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	
Parcela A - CVA	(5.673)
	<u>(5.673)</u>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<u>(11.611)</u>
<b>Total dos valores líquidos a receber de Parcela A e outros itens financeiros</b>	<u>173.363</u>

**(a) CVA**

A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica.

Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

Circulante - Os montantes registrados no circulante (ativo e passivo) referem-se aos valores já homologados pela ANEEL quando do reajuste tarifário concluído em agosto de 2014 (Resolução Homologatória nº 1.782, de 26 de agosto de 2014);

Não Circulante - representam uma estimativa da formação da CVA a ser homologada no próximo reajuste tarifário (agosto de 2015).

## ELETOBRAS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### **(b) Itens financeiros (textos da nota técnica nº 282/2014-SER/ANEEL, 19/08/2014)**

##### Efeitos do Despacho ANEEL nº 4.225/2013

Em cumprimento ao disposto nos incisos (ii) e (v) do Despacho Aneel nº 4.225, de 10 de dezembro de 2013, foi recalculada a CVAenergia do último processo tarifário de modo a considerar o Fator K vertical único para todos os contratos de compra de energia a partir de janeiro de 2013.

##### Ajuste financeiro CUSD

Em cumprimento ao disposto no artigo 7º da Portaria Interministerial nº 25/2002, ajustou-se financeiramente os custos decorrentes dos contratos de uso do Sistema de Distribuição firmado com a CELPE.

##### Diferencial Eletronuclear Lei nº 12111/2009

É a diferença entre a tarifa praticada e a de referência entre FURNAS e ELETRONUCLEAR, conforme determina a lei nº 12.111/2009.

##### Exposição CCEAR entre submercados

Refere-se a rateio dos riscos financeiros decorrente de diferenças de preços entre submercados, conforme artigo 28 do Decreto nº 5.163/2004. O valor refere-se a exposição líquida do período de janeiro a dezembro de 2013.

##### Garantias financeiras na contratação regulada de energia (CCEAR)

Reconhecimento dos valores pagos do período de agosto de 2013 a julho de 2014.

##### Neutralidade – Encargos setoriais

Refere-se ao cálculo das diferenças mensais apuradas entre os valores de cada item dos encargos setoriais no período de referência e os respectivos valores contemplados no processo anterior.

##### Repasse da sobrecontratação/exposição de energia REN nº 255/2007

De acordo com os critérios definidos no Despacho nº 4.225/2013, foi calculada para a Companhia, em relação ao ano civil de 2013, exposição ao mercado de curto prazo de energia, que refere-se a exposição involuntária e, portanto, não se aplica ao limite do Preço de Referência – VR.

##### Repasse de compensação DIC/FIC

Refere-se a valores decorrentes do repasse aos consumidores da compensação financeira referente a violação dos limites de continuidade dos pontos de conexão dos acessos de distribuidoras a outras distribuidoras, conforme Módulo 8 do PRODIST.

##### Reversão ano anterior da Previsão da sobrecontratação de energia

Reversão da previsão contemplada no processo tarifário de 2013, atualizada pelo IPCA.

**ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS****NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**(c) valores tarifários não gerenciáveis a compensar da parcela "A"- racionamento**

A Resolução ANEEL nº 90, de 18/02/2002, definiu os item da parcela "A", referente ao período compreendido entre 1º de janeiro e 25/10/2001, bem como a forma de remuneração econômica, mediante a incorporação dos efeitos financeiros, e o período para a recuperação tarifaria. Estes valores foram homologados com base na Resolução nº 482, de 29/08/2002, os quais serão recuperados por meio de adicional tarifário nas contas faturadas, sendo 2,9% para consumidores da classe residencial (exceto subclasse baixa renda), iluminação pública e rural, e de 7,9% para as demais classes consumidoras, contados a partir de 27/12/2001, após a conclusão da RTE. Mediante Resolução nº 001, de 12/01/2004, foi excluído o prazo máximo de recuperação dos valores financeiros de itens da parcela "A".

Os valores residuais líquidos registrados como valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros apresentaram a movimentação no exercício de 2014 conforme abaixo:

Saldo em 31 de dezembro de 2013	<b>34.934</b>
(-) (Perdas) / ganhos	223.851
	(85.422)
(-) Realizado	-
Saldo a realizar em 31 de dezembro de 2014	<b>173.363</b>

**2) Concessões de serviço público**

O contrato de concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica nº07/2001, de 15 de julho de 2001, celebrado entre a União (Poder Concedente – Outorgante) e a Companhia (Concessionário – Operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela Companhia.

Ao final da concessão os ativos vinculados à infra-estrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização. Essa indenização refere-se ao ativo financeiro a receber pela Companhia no âmbito da concessão, decorrente da aplicação do modelo financeiro.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

- (a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e
- (b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) será classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

**ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS**

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido. De acordo com a Lei nº 12.783/2013, o cálculo utilizou como base a metodologia do valor novo de reposição.

O cálculo do valor novo de reposição levou em consideração os bens do ativo financeiro em serviço, passivos de remuneração com data base em 31 de dezembro de 2014.

	Em serviço			Em curso			Total
	Valor histórico	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor histórico	Obrigações especiais	Valor líquido	
Saldo em 01.01.2013	584.384	(227.617)	356.767	115.169	(22.198)	92.971	449.738
Adições				110.101	(12.311)	97.790	97.790
Valor novo de reposição	23.714		23.714				23.714
Reclassificação	13.436	(8.858)	4.578	7.982	(1.079)	6.903	11.481
Transferências	62.723	(16.275)	46.448	16.275	(62.723)	(46.448)	
Baixas	(6.481)	11.610	5.129				5.129
Saldo em 31.12.2013	677.776	(241.140)	436.636	249.527	(98.311)	151.216	587.852
Adições				80.795	(725)	80.070	80.070
Valor novo de reposição	(13.960)		(13.960)				(13.960)
Reclassificação	2.726	1.186	3.912	12.127	(768)	11.359	15.271
Transferências	35.378	(4.893)	30.485	(35.378)	4.893	(30.485)	
Baixas	(514)	1.014	500				500
Saldo em 31.12.2014	<b>701.406</b>	<b>(243.833)</b>	<b>457.573</b>	<b>307.071</b>	<b>(94.911)</b>	<b>212.160</b>	<b>669.733</b>

(\*) As reclassificações entre os grupos financeiro, intangível e imobilizados ocorreram em função da implantação da Resolução ANEEL nº 367/2009 e mudança das taxas de depreciação.

**13. OUTROS**

	31.12.2014		31.12.2013	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Serviços prestados a terceiros	2.418	-	1.555	-
Empréstimos CEAL/SEINFRA	-	3.388	-	3.385
Rendas a receber	(a) 4.480	-	4.706	-
COSIP	(b) 16.832	-	9.901	-
Proinfra	(d) 1.520	-	1.665	-
Ação CEAL x CODEVASF x CHESF	(f) -	25.513	-	-
Outros	4.999	1.425	2.218	1.424
	30.249	30.326	20.045	4.809
(-) PCLD	(3.958)	(29.762)	(2.667)	(861)
	<b>26.291</b>	<b>564</b>	<b>17.378</b>	<b>3.948</b>

a) Rendas a receber refere-se a valores a receber em decorrência do uso mútuo de postes pelas empresas de telefonia e internet;

**ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS**

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- b) Contribuição para custeio do serviço de iluminação pública – COSIP – são valores faturados do serviço de iluminação pública;
- c) Proinfa – refere-se ao pagamento antecipado da quota de janeiro de 2015, fixada pela Resolução Homologatória nº 1.833, de 02 de dezembro de 2014. Será transferido para despesas de operações com energia elétrica em janeiro de 2015;
- d) Ação CEAL X CODEVASF X CHESF

Em 1997 a Codevasf propôs ação cautelar visando à que a CHESF fosse compelida, na condição de devedora de tarifas de energia elétrica, ao cumprimento integral dos termos do Convênio nº 0-34/83-I, impedindo que as concessionárias CEAL e ENERGIPE efetuassem cortes de fornecimento, nas respectivas áreas de atuação e competência.

Em 02/02/2005 foi proferida decisão judicial no seguinte sentido: “Em face do exposto, determino que não haja interrupção do fornecimento de energia elétrica aos projetos CODEVASF, podendo as empresa concessionárias deduzirem o respectivo valor das contas, a partir do próximo vencimento, dos valores referentes ao pagamento de energia que adquirem à CHESF, ficando esclarecido que tal determinação somente se aplica às contas vincendas”.

Durante o período de 15/07/2006 a 15/10/2008, a Companhia passou a proceder as deduções do seu crédito junto à CODEVASF dos valores devidos à CHESF.

Em 05/11/2008, foi proferida a sentença do processo judicial, no qual ficou consignado que, a partir da data de sua publicação, as faturas vincendas emitidas em desfavor da CODEVASF não deveriam mais ser compensadas nos débitos existentes junto à CHESF.

O Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em 12/09/2011 proferiu acórdão mantendo a sentença de primeiro grau em todos os seus termos.

O processo encontra-se aguardando julgamento de Recurso Especial no Superior Tribunal de Justiça, não havendo, até o momento qualquer decisão por parte do citado Tribunal.

A legalidade das compensações realizadas é evidente, conforme teor da sentença, em especial, o seguinte trecho: “Os valores efetivamente compensados a partir da referida autorização de fls. 1196/1197 deverão ser devidamente apurados na fase de liquidação e deduzidos do valores devido pela CHESF à CODEVASF”.

Em virtude da CHESF não ter aceito a compensação por tratar-se de liminar e o processo ainda estar em andamento, procedeu em setembro de 2014 o reconhecimento contábil de R\$ 25.122 (atualizado em 2014 para R\$ 25.513) a receber da CODEVASF, valor esse constante na PCLD, e o reconhecimento do mesmo valor no passivo não circulante em contratapartida CHESF.

**14. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS**

		<b>2014</b>	<b>2013</b>
Cauções de depósitos vinculados - CCEE	(a)	6.031	6.264
Depósitos vinculados a litígios	(b)	33.569	34.588
		<b>39.600</b>	<b>40.852</b>

**ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS**

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- a) Refere-se a depósito de garantia numa conta a disposição da CCEE para liquidação da energia consumida no mês anterior e garantir o pagamento do mês subsequente no âmbito da CCEE. Em função da mudança nas regras de liquidação da CCEE, os depósitos de garantia estão sendo realizados no mês da liquidação. Anteriormente, a garantia era de 2 (dois) meses;
- b) Refere-se a depósitos judiciais e bloqueios de processos da Justiça do Trabalho, da Justiça Civil e da ANEEL.

**15. INTANGÍVEL**

Com a adoção da ICPC 01, os ativos fixos tangíveis das concessões foram reclassificados para a rubrica de intangíveis das concessões – ICPC 01.

Este grupo é formado por intangível – Concessão que corresponde ao direito de uso da concessão (bens do Imobilizado os quais foram bifurcados), conforme demonstrado a seguir:

	Em serviço			2014	2013
	Custo	Amortização	Obrigações Especiais		
Em Serviço					
Direito uso da concessão	430.195	(410.411)	(6.149)	13.635	39.999
Em Curso					
Direito uso da concessão	-	-	-	-	3.810
	<b>430.195</b>	<b>(410.411)</b>	<b>(6.149)</b>	<b>13.635</b>	<b>43.809</b>

A movimentação do intangível está demonstrada a seguir:

	2013	Adições	Baixas	Reclassificação (*)	Transferências	(-) Amortização	2014
Em serviço							
Ativo Intangível	428.786	-	(64)	(2.902)	4.374	(38.968)	391.226
Amortização acumulada	(371.652)	-	209	-	-	-	(371.443)
Obrigações especiais	(70.466)	-	76	(931)	(368)	-	(71.689)
Amortização das obrigações especiais	53.330	-	-	-	-	12.211	65.541
	<b>39.998</b>	<b>-</b>	<b>221</b>	<b>(3.833)</b>	<b>4.006</b>	<b>(26.757)</b>	<b>13.635</b>
Em curso							
Ativo Intangível	4.602	13.212	-	(13.440)	(4.374)	-	-
Obrigações especiais	(791)	(90)	-	513	368	-	-
	<b>3.811</b>	<b>13.122</b>	<b>-</b>	<b>(12.927)</b>	<b>(4.006)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
	<b>43.809</b>	<b>13.122</b>	<b>221</b>	<b>(16.760)</b>	<b>-</b>	<b>(26.757)</b>	<b>13.635</b>

(\*) As reclassificações entre os grupos financeiro, intangível e imobilizados ocorreram em função da implantação da Resolução ANEEL nº 367/2009 e mudança das taxas de depreciação.

Os critérios utilizados para amortização do ativo intangível preveem de forma estimada o período da vida útil de cada bem contido na infraestrutura de distribuição. Assim, esses bens são amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como ativo financeiro de indenização.

**ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS**

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O detalhamento da rubrica de direito e uso de concessão está demonstrada a seguir:

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Intangível em serviço	430.195	428.786
(-) Amortização	(410.411)	(371.652)
(-) Obrigações especiais	(71.690)	(70.467)
Amortização das obrigações especiais	65.541	53.331
	<b>13.635</b>	<b>39.998</b>
Intangível em curso	-	4.603
(-) Obrigações especiais	-	(792)
	-	<b>3.811</b>
Total	<b>13.635</b>	<b>43.809</b>

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como ativo financeiro de indenização.

**Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica**

As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

Estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infra-estrutura, usando-se uma taxa média, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica.

**Provisão do valor de recuperação dos ativos (*impairment*)**

A Companhia avaliou o valor de recuperação dos seus ativos com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos.

O fluxo de caixa foi projetado com base no resultado operacional e projeções da Companhia até o término da concessão, tendo como principais premissas:

- Crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira; e
- Taxa média de desconto obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital.



ELETOBRAS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**16. IMOBILIZADO**

	2014			2013	% Taxas de depreciação
	Valor histórico	Depreciação	Valor líquido		
<b>Em serviço</b>					
Intangível	13.345	(5.312)	8.033	7.720	20,00
Edificações, obras civis e benfeitorias	6.754	(5.423)	1.331	1.555	2,66
Máquinas e equipamentos	11.460	(7.435)	4.025	5.060	3,97
Veículos	8.213	(5.769)	2.444	3.018	14,29
Móveis e utensílios	7.689	(5.418)	2.271	2.502	6,25
Terrenos	527	-	527	527	
	<u>47.988</u>	<u>(29.357)</u>	<u>18.631</u>	<u>20.382</u>	
<b>Em curso</b>					
Intangível	4.465	-	4.465	347	
Edificações	239	-	239	3.259	
Máquinas e equipamentos	363	-	363	88	
Veículos	-	-	-	-	
Móveis e utensílios	-	-	-	12	
	<u>5.067</u>	<u>-</u>	<u>5.067</u>	<u>3.706</u>	
	<b><u>53.055</u></b>	<b><u>(29.357)</u></b>	<b><u>23.698</u></b>	<b><u>24.088</u></b>	

A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:

	Em serviço	(-) Depreciação acumulada	Em curso	Total
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2013</b>	45.877	(21.675)	2.537	26.739
Adições	-	-	2.300	2.300
Reclassificação	2.958	-	306	3.264
Baixa	(5.991)	3.680	-	(2.311)
Transferência	1.437	-	(1.437)	-
Depreciação	-	(5.904)	-	(5.904)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<u>44.281</u>	<u>(23.899)</u>	<u>3.706</u>	<u>24.088</u>
Adições	-	-	3.578	3.578
Reclassificação	177	-	1.313	1.490
Baixa	-	-	-	-
Transferência	3.530	-	(3.530)	-
Depreciação	-	(5.458)	-	(5.458)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b><u>47.988</u></b>	<b><u>(29.357)</u></b>	<b><u>5.067</u></b>	<b><u>23.698</u></b>

	2013	Adição	Reclassificação	Baixas	Transferências	(-) Depreciação	2014
Em serviço	44.281	-	177	-	3.530	-	47.988
(-) Depreciação acumulada	(23.899)	-	-	-	-	(5.458)	(29.357)
Em curso	3.706	3.578	1.313	-	(3.530)	-	5.067
	<b><u>24.088</u></b>	<b><u>3.578</u></b>	<b><u>1.490</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>(5.458)</u></b>	<b><u>23.698</u></b>

A Companhia calcula e contabiliza as quotas de depreciação para seus bens com aplicação das taxas, de acordo com a Resolução Normativa ANEEL nº 474, de 07 de fevereiro de 2012. As principais taxas anuais por atividade são:

ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

<u>Comercialização/Administração</u>	<u>Taxa anual de depreciação (%)</u>
Edificações	3,33
Veículos	14,29
Equipamentos de informática	16,67

**17. FORNECEDORES**

	<u>2014</u>		<u>2013</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Encargos de uso do sistema de Fornecedores de energia elétrica	4.942	-	2.711	-
(a) Energia livre	90.174	-	61.157	6.427
(b) Câmara de comercialização de energia elétrica - CCEE	3.670	-	3.392	-
(c) Materiais e serviços	27.185	-	20.514	-
(d)	49.991	-	53.347	-
	<b><u>175.962</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>141.121</u></b>	<b><u>6.427</u></b>

**a) Fornecedores de energia elétrica**

Correspondem a obrigações com fornecedores de energia adquiridas em contratos bilaterais, contratos de leilões, CCEAR, Angra I e Angra II e cotas de garantia física.

A variação desta rubrica decorre do aumento do custo da energia elétrica comprada para revenda e da energia de curto prazo, ocasionado pela elevação dos despachos de usinas térmicas, pelos custos dos 12º e 13º leilões de energia elétrica, e pela inadimplência com algumas geradoras.

O saldo de R\$ 6.427 refere-se ao saldo do diferencial de tarifas praticados pela Eletronuclear conforme Resolução Homologatória nº 1.406, de 21 de dezembro de 2012, transferido no exercício de 2014 para o curto prazo.

**b) Energia Livre**

Durante o período de racionamento houve comercialização de energia elétrica não contratada denominada energia livre. Entendendo-se como tal a energia ofertada no sistema elétrico não proveniente dos contratos iniciais, ou equivalentes, e nos contratos bilaterais. Através do Despacho nº 2.517, de 26 de agosto de 2010 a ANEEL fixou os montantes finais do repasse de energia livre.

O saldo remanescente é decorrente do Mandado de Segurança Coletivo impetrado pela ABRADDEE com pedido de liminar – Processo nº 437399120104013400/DF. Em 28 de setembro de 2010 foi deferido à antecipação da tutela recursal e em 22 de novembro de 2010 a liminar foi deferida. Em 24 de maio de 2013 foi negado pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região o agravo de instrumento nº 0013100712011401000/DF. Em 11 de janeiro de 2012 foi indeferido pelo Tribunal Federal Regional da 1ª Região o pedido de antecipação da tutela recursal. Em 17 de maio de 2013 foi negado pelo Tribunal Federal Regional da 1ª Região o seguimento do agravo de instrumento.

A composição do saldo está demonstrada a seguir:

ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
CEEE	2.456	2.267
Cemig	1.214	1.125
	<u><b>3.670</b></u>	<u><b>3.392</b></u>

**c) CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica**

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
CCEE curto prazo	21.628	15.708
CCEE- Contrato de garantia física	3.975	3.351
CCEE - Cotas partes Angra I e II	1.582	1.455
	<u><b>27.185</b></u>	<u><b>20.514</b></u>

- ✓ **Curto prazo** - refere-se a créditos da comercialização de energia à curto prazo na CCEE, informados a partir da medição e registro da energia fornecida no sistema elétrico interligado. O saldo refere-se à contabilização da fatura de novembro (liquidada em 13/01/2015) e fatura de dezembro (liquidada em 09/02/2015).
- ✓ **Contrato de garantia física** – A MP 579, de 11 de setembro de 2012, convertida na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, dispõem sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Conforme o disposto na MP, os empreendimentos de geração hidrelétrica, alcançadas pela mesma, terão alocada por meio de cotas, a totalidade de sua garantia física às concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional – SIN, e receberão remuneração por tarifa regulada pela ANEEL. A Liquidação financeira centralizada é feita pela CCEE, considerando o rateio entre as concessionárias de geração. A ANEEL através da Resolução Homologatória nº 1.410, de 24 de janeiro de 2013 estabeleceu as cotas partes para o ano de 2014. O saldo refere-se à fatura de dezembro de 2014.
- ✓ **Cotas partes Angra I e II** – Referem-se à energia comercializada com as concessionárias de distribuição de energia elétrica adquirentes das cotas partes da produção disponibilizada para o Brasil. As concessionárias de distribuição que atuam no Sistema Interligado Nacional – SIN estão obrigadas a adquirir a energia elétrica gerada por Angra I e Angra II, conforme disposto no Art. 11 da Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009. A ANEEL através da Resolução Homologatória nº 1.407, de 21 de dezembro de 2013 estabeleceu as cotas partes para o ano de 2013 a 2018. O saldo refere-se à fatura de dezembro de 2014.

**d) Materiais e Serviços**

Corresponde às obrigações com fornecedores de materiais e prestadores de serviços contratados, de modo a realizar operações e manutenções do sistema de distribuição de energia elétrica para atender a área de concessão.

**ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS**

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**18. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS**

	Ref.	2014		2013	
		Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
ICMS		52.180	-	22.446	-
ISS	(a)	1.029	-	911	-
INSS e outras contribuições sociais		2.125	-	3.259	-
FGTS		747	-	757	-
PASEP		125	-	601	-
COFINS	(b)	9.404	-	2.767	-
Retenções		16.280	-	8.888	-
IRPJ sobre empréstimos e terceiros		995	-	829	-
Parcelamento ordinário	(c)	-	-	1.170	3.997
Programa excepcional - PAEX	(d)	-	-	3.171	5.133
		<b>82.885</b>	<b>-</b>	<b>44.799</b>	<b>9.130</b>

- a) A variação identificada nesta rubrica refere-se principalmente a inadimplência do mês de novembro (parcelada em janeiro de 2014) e o mês de dezembro;
- b) A variação identificada nesta refere-se a inadimplência do mês de novembro;
- c) Parcelamento ordinário

Débito com a Fazenda Nacional conforme Processo Administrativo nº 10410.002417/2001-28, referente a crédito de IPI da Usina Caeté utilizado para pagamento de tributos federais e indeferido pela Receita Federal. O saldo devedor será pago em 59 parcelas mensais iniciadas em junho de 2013. Para efeito de pagamento as prestações serão acrescidas de juros equivalentes a taxa SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir da data do deferimento até o mês anterior ao pagamento, e de um por cento relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado. As regras do programa estabelecem como condição de permanência no mesmo a obrigatoriedade do pagamento regular de impostos e contribuições. O valor do parcelamento também está registrado no ativo não circulante, tendo em vista o acordado com a Usina, em que esta se compromete a indenizar e ressarcir qualquer cobrança que seja feita a Companhia, conforme cláusula décima quinta – indenização e ressarcimento.

- d) Parcelamento excepcional - PAEX

O débito consolidado do PAEX está sendo pago em 120 e 130 parcelas mensais e consecutivas, iniciado em setembro de 2006, e atualizado pela variação da TJLP, das quais já foram liquidadas 98 parcelas. As regras do programa estabelecem como condição de permanência no mesmo a obrigatoriedade do pagamento regular de impostos e contribuições.

A adesão ao Parcelamento Excepcional – PAEX, em 13/09/2006, teve como fatores determinantes às condições vantajosas determinadas pela Medida Provisória nº 351 de 29/06/2006, dentre elas o alongamento do prazo de pagamento e a mudança de indexado (SELIC - Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia para TJLP – Taxa de Juros em Longo Prazo), os valores declarados correspondem a débitos de tributos e contribuições sociais à Secretaria da Receita Federal – SRF

• **Liquidação dos parcelamentos Ordinários e PAEX:**

A Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 15, de 22 de agosto de 2014, regulamentou o artigo 33 da Medida Provisória nº 651, de 9 de julho de 2014, que permite a utilização de créditos decorrentes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, para quitação antecipada dos débitos parcelados.

Em 28 de novembro de 2014 a Companhia efetuou a liquidação dos parcelamentos conforme abaixo. O montante das dívidas tributárias incluídas no PAEX na data de adesão foram os seguintes:

ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<b>2014</b>
PIS e COFINS	5.194
Multas	255
Juros	4.863
	<b>12.326</b>

A opção implica o pagamento em espécie equivalente a, no mínimo, 30% do saldo do parcelamento. Do montante total da adesão de R\$ 10.312, foi pago em dinheiro o valor de R\$3.094 e o restante do valor, R\$ 7.218, foi liquidado com os créditos de prejuízos fiscais.

Pela adesão a Medida Provisória 651, as dívidas tributárias foram liquidadas conforme tabela abaixo, que também demonstra o saldo residual das dívidas incluídas no PAEX em 31 de dezembro de 2014:

	<b>Montante das dívidas liquidadas no PAEX</b>	<b>(-) Redução por pagamento em dinheiro</b>	<b>(-) Prejuízos fiscais utilizados</b>	<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>
PIS e COFINS	5.194	(1.558)	(3.636)	-
Multas	255	(77)	(178)	-
Juros	4.863	(1.459)	(3.404)	-
	<b>10.312</b>	<b>(3.094)</b>	<b>(7.218)</b>	<b>-</b>

A adesão teve um efeito de R\$ 6.930 no resultado da Companhia, referente ao reconhecimento de ativos fiscais diferidos anteriormente não reconhecidos, e de juros

	<b>2014</b>
Despesas financeiras (juros)	(288)
Imposto de renda e contribuição social diferido	7.218
	<b>6.930</b>

**19. FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS**

Os empréstimos e financiamentos obtidos são reconhecidos pelo valor justo no recebimento dos recursos, líquido dos custos da transação e passam a ser mensurados pelo custo amortizado, sendo acrescido de encargos, juros e variações monetárias e/ou cambiais, incorridos. As obrigações com empréstimos e financiamentos estão demonstradas a seguir:

ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**a) Composição**

		2014			2013		
		Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
<b>Moeda nacional</b>							
Empresas do grupo							
Eletrobras	(1)	223.681	717.219	940.900	217.288	386.468	603.756
Instituições financeiras							
BNDES	(2)	-	-	-	-	-	-
BIC		-	-	-	-	-	-
CEF		5.000	-	5.000	5.000	-	5.000
Banco do Brasil		5.000	-	5.000	5.000	-	5.000
		10.000	-	10.000	10.000	-	10.000
Outros							
Faceal	(3)	6.169	-	6.169	9.058	5.805	14.863
		<b>239.850</b>	<b>717.219</b>	<b>957.069</b>	<b>236.346</b>	<b>392.273</b>	<b>628.619</b>
<b>Moeda estrangeira</b>							
Instituições financeiras							
Lloyds Bank	(2)	-	1.263	1.263	22	1.114	1.136
		-	1.263	1.263	22	1.114	1.136
<b>Total geral</b>		<b>239.850</b>	<b>718.482</b>	<b>958.332</b>	<b>236.368</b>	<b>393.387</b>	<b>629.755</b>

**b) Detalhamento dos Financiamentos e empréstimos**

**(1) Centrais Elétricas Brasileiras S.A. –Eletrobras**

ELETOBRAS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2014

**Programa de obras realizadas**

<b>Contrato</b>	<b>Data de assinatura</b>	<b>Data de vencimento</b>	<b>Taxa de juros (% a.a)</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não circulante</b>	<b>Total</b>	<b>2013</b>
ECF-1575/97-RGR	05/11/97	30/09/18	6,50+2,00	313	920	1.233	1.551
ECF-1595/97-RGR	13/11/97	30/09/18	5,00+1,00	61	167	228	289
ECF-1517/97-RGR	05/11/97	30/09/18	5,00+1,00	23	64	87	110
ECF-1693/98-RGR	14/05/98	30/09/18	6,50+2,00	209	610	819	1.029
ECF-1760/98-RGR	01/07/98	30/09/18	6,50+2,00	279	809	1.088	1.367
ECF-1862/99-RGR	23/03/99	30/09/18	6,50+2,00	21	58	79	100
ECF-1957/99-RGR	27/12/99	30/09/18	5,00+2,00	443	1.219	1.662	2.105
ECF-1971/00-RGR	05/05/00	31/03/19	5,00+1,00	1.036	3.367	4.403	5.439
ECF-2053/00-RGR	21/08/00	31/07/14	5,00+1,00	-	-	-	171
ECF-2070/00-RGR	18/04/01	31/05/15	5,00+2,00	75	-	75	255
ECF-2129/02-RGR	24/04/02	30/09/15	5,00+2,00	331	-	331	773
ECF-2263/02-RGR	09/12/02	30/09/15	5,00+2,00	425	-	425	992
ECFS-004/04-RGR	27/05/04	30/04/20	5,00+1,00	531	2.302	2.833	3.364
ECF-2335/04-RGR	12/05/04	28/02/15	5,00+2,00	65	-	65	456
ECF-2336/04-RGR	12/08/04	28/02/15	5,00+2,00	170	-	170	1.192
ECF-2337/04-RGR	12/08/04	31/08/15	5,00+2,00	1.139	-	1.139	2.848
ECF-2510/05-RGR	27/10/05	01/09/15	5,00+1,00	1.685	1.264	2.949	4.634
ECFS-107/05-RGR	14/12/05	30/11/20	5,00+1,00	639	3.142	3.781	4.420
ECF-2511/05-RGR	19/01/06	31/01/16	5,00+2,00	61	5	66	127
ECF-2519/05-RGR	19/01/06	30/09/16	5,00+2,00	788	591	1.379	2.167
ECF-2543/06-RGR	04/04/06	30/09/16	5,00+2,00	1.181	885	2.066	3.246
ECF-2565/06-RGR	27/07/06	30/06/16	5,00+2,00	307	154	461	768
ECF-2567/06-RGR	20/06/06	30/06/16	5,00+2,00	380	190	570	949
ECF-2581/06-RGR	31/07/06	31/08/16	5,00+2,00	1.084	722	1.806	2.890
ECFS-171/07-RGR	28/02/07	30/09/21	5,00+1,00	874	5.024	5.898	6.772
ECF-2632/07-RGR	04/10/07	30/09/16	5,00+2,00	315	236	551	866
ECF-2638/07-RGR	04/10/07	30/09/16	5,00+2,00	1.276	957	2.233	3.508
ECF-2646/07-RGR	22/10/07	30/09/16	5,00+2,00	638	478	1.116	1.753
ECF-2649/07-RGR	22/10/07	30/09/16	5,00+2,00	1.254	941	2.195	3.449
ECFS-196/07-RGR	07/11/07	31/12/17	5,00+1,00	677	3.890	4.567	5.243
ECFS-242/08-RGR	04/12/08	30/11/21	5,00+1,00	1.133	6.703	7.836	8.969
ECFS-250/09-RGR	04/12/08	30/09/16	5,00+1,00	1.176	7.058	8.234	9.411
ECFS-311/10-RGR	09/11/10	31/12/22	5,00+1,00	684	4.787	5.471	6.154
				<b>19.273</b>	<b>46.543</b>	<b>65.816</b>	<b>87.367</b>
<b>Programa de obras em curso</b>							
ECF-2647/07-RGR	22/10/07	30/09/16	5,00+2,00	1.301	976	2.277	3.578
ECF-2922/11-RGR	05/04/11	31/01/19	5,00+2,00	6.082	18.753	24.835	30.410
ECF-2940/11-RGR	28/07/11	31/03/19	5,00+2,00	3.101	10.079	13.180	15.506
ECFS-2650/07-RGR	13/11/07	31/12/17	5,00+2,00	1.846	3.692	5.538	7.384
ECFS-2867/10-RGR	12/08/10	30/09/17	5,00+2,00	4.617	8.080	12.697	17.315
ECFS-2881/10-RGR	18/01/11	30/09/18	5,00+2,00	5.217	14.345	19.562	24.779
ECFS-2825/11-RGR	12/05/10	30/11/18	5,00+1,00	798	2.327	3.125	4.003
ECFS-326/12-RGR	04/06/11	31/08/24	5,00+1,00	352	3.054	3.406	3.524
				<b>23.314</b>	<b>61.306</b>	<b>84.620</b>	<b>106.499</b>

**ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS**
**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2014

Programa de obras r	Data de assinatura	Data de vencimento	Taxa de juros (% a.a)	Circulante	Não circulante	Total	2013
<b>Outros Programas</b>							
ECF-2901/10 - BIRD	05/05/11	30/04/26	BIRD	-	42.847	42.847	16.793
ECF-2987/11-RO	13/04/12	31/12/19	SELIC+0,05	3.208	12.834	16.042	15.000
ECF-2860/10-RO	30/05/10	31/07/17	SELIC+0,05	3.036	4.553	7.589	8.495
ECF-2880/10-RO	30/11/10	31/07/17	SELIC+0,05	3.215	5.090	8.305	9.000
ECF-2900/10-RO	28/12/10	30/06/18	SELIC+0,05	3.236	8.089	11.325	12.080
ECF-2917/11-RO	19/03/11	31/07/18	SELIC+0,05	3.213	8.301	11.514	12.000
ECF-2971/11-RO	16/11/11	31/12/18	SELIC+0,05	9.747	29.241	38.988	40.200
ECF-2976/11-RO	16/12/11	31/07/16	SELIC+0,05	12.755	7.440	20.195	23.774
ECF-2950/11-RO	30/09/11	31/10/15	SELIC+0,05	4.514	-	4.514	6.292
ECF-3027/12-RO	24/10/11	30/04/19	SELIC+0,05	8.673	28.910	37.583	39.140
ECF-3012/13-RO	03/12/12	31/07/19	SELIC+0,05	-	769	769	368
ECF-3051/13-RO	31/07/13	31/05/15	SELIC+0,05	6.000	-	6.000	11.083
ECF-3070/13-RO	09/09/13	31/05/16	SELIC+0,05	10.417	4.340	14.757	19.409
ECF-3059/13-RO	09/09/13	31/12/17	SELIC+0,05	4.399	8.799	13.198	12.341
ECF-3065/13-RO	03/10/12	31/12/15	SELIC+0,05	11.511	-	11.511	15.170
ECF-3071/13-RO	09/09/13	30/09/16	SELIC+0,05	7.106	5.330	12.436	13.249
ECF-3073/13-RO	29/10/13	31/01/16	SELIC+0,05	1.787	149	1.936	2.218
ECF-3077/13-RO	29/10/13	28/02/16	SELIC+0,05	30.102	2.509	32.611	37.382
ECF-3078/13-RO	29/10/13	31/12/15	SELIC+0,05	10.764	-	10.764	13.351
ECF-3087/13-RO	29/10/13	31/01/16	SELIC+0,05	3.525	294	3.819	3.840
ECF-3093/13-RO	24/10/13	31/01/16	SELIC+0,05	1.278	-	1.278	1.390
ECF-3095/13-RO	24/10/13	31/01/16	SELIC+0,05	6.370	531	6.901	6.452
ECF-3094/13-RO	24/10/13	31/01/16	SELIC+0,05	5.939	495	6.434	6.015
ECF-3099/13-RO	28/11/13	31/12/14	SELIC+0,05	-	-	-	3.982
ECF-3100/13-RO	28/11/13	31/01/15	SELIC+0,05	5.875	490	6.365	5.951
Resolução 895/13	09/12/13	31/12/14	SELIC+0,05	-	-	-	7.205
ECF-3104/13-RO	09/12/13	31/12/14	SELIC+0,05	24.424	-	24.424	54.640
Resolução 947/13	19/12/13	31/12/14	SELIC+0,05	-	-	-	13.070
Resolução 614/214	15/09/14	31/07/22	CDI + 0,05	-	65.000	65.000	-
Resolução 749/214	10/11/14	31/08/22	CDI + 0,05	-	373.359	373.359	-
				<b>181.094</b>	<b>609.370</b>	<b>790.464</b>	<b>409.890</b>
				<b>223.681</b>	<b>717.219</b>	<b>940.900</b>	<b>603.756</b>

Estes empréstimos foram originados de recursos do FINEL e RGR, dado como garantia a Receita própria e notas promissórias, e são liquidados no dia 30 de cada mês. Esses empréstimos foram destinados a obras diversas: subtransmissão, iluminação pública, Implantação do sistema comercial, distribuição, Programa Luz para Todos, combate a perdas, recuperação do sistema elétrica, Projeto Energia +; bem como para capital de giro, devolução do programa luz para todos, liquidação de faturas da CCEE, pagamento das rescisões do Plano de Desligamento Incentivado e liquidação de parte do serviço da dívida em RO.

**(2) Instituições Financeiras**

2014

Contrato	Data de Assinatura	Data de vencimento	Saldo	Taxa de Juros (%a.a.)	Moeda	Index.	P.R.*	Objetivo
Banco do Brasil	26/06/07	31/12/14	5.000	CDI/OVER	R\$		1	Conta garantida
CEF	13/09/13	31/12/14	5.000	CDI/OVER				
			<b>10.000</b>					

\* Prestações Restantes

**✓ Banco do Brasil**

Empréstimo contratado com o objetivo de capital de giro, sob a forma de conta garantida, atualizado pelo CDI/OVER;

**✓ Caixa Econômica Federal**

Empréstimo contratado com o objetivo de capital de giro sob a forma de conta garantida, com encargos financeiros de CDI/OVER.



**ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS**

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

✓ **Lloyd Bank**

A reestruturação da dívida em moeda estrangeira, junto a Secretaria do Tesouro Nacional, de médio e longo prazo referente aos financiamentos sob amparo da Lei nº 4.131/1962 está demonstrada no quadro a seguir.

Nos bônus Discount Bond e Par Bond existem garantias depositadas nos valores de R\$ 88 e R\$ 123 em 31.12.2014 (em 31.12.2013 R\$ 77 e R\$ 109), respectivamente, contabilizados em outros ativos realizáveis em longo prazo.

2014									
Contrato	Data de Assinatura	Data de vencimento	Saldo	Taxa de Juros (%a.a.)	Moeda	Index.	P.R.*	Objetivo	
C. Bond	31/12/97	11/10/14		4	US\$	dólar	5	Refinanciamento	
Discount Bond	31/12/97	11/04/24	519	13/16 de 1	US\$	dólar	1	Refinanciamento	
Par Bond	31/12/97	11/04/24	744	4	US\$	dólar	1	Refinanciamento	
			<b>1.263</b>						

\* Prestações Restantes

**(3) Fundação CEAL de Assistência Social e Previdência - FACEAL**

Na condição de patrocinadora da Fundação, a Companhia atualizou a consolidação e repactuação da dívida acumulada até o exercício de 1996, junto àquela Fundação, decorrente de contribuições não liquidadas tempestivamente até então. O novo contrato assinado em 31.07.2005 prevê o pagamento da dívida em 120 parcelas e encargos com base na variação do INPC e juros de 1% ao mês sobre o saldo corrigido. A Companhia mantém o pagamento das parcelas rigorosamente atualizado.

2014									
Contrato	Data de Assinatura	Data de vencimento	Saldo	Taxa de Juros (%a.a.)	Moeda	Index.	P.R.*	Objetivo	2013
FACEAL	31/07/05	30/7/2015	<b>6.169</b>	12,68	R\$	INPC	43	Dívida	<b>14.863</b>

\* Prestações Restantes

**c) Composição dos financiamentos e empréstimos por indexador**

	2014			2013		
	Variação no Período (%)	Valor	Part. (%)	Variação no Período (%)	Valor	Part. (%)
Moeda nacional						
INPC	5,57	6.169	0,64	5,56	14.864	2,36
FINEL	0,73	3.140	0,33	1,08	3.947	0,63
RGR		147.295	15,37		189.919	30,16
SELIC/RO	17,68	790.465	82,48	38,66	409.889	65,09
Outros		10.000	1,04		10.000	1,59
		<b>957.069</b>	<b>99,87</b>		<b>628.619</b>	<b>99,82</b>
Moeda estrangeira						
Dólar	13,39	1.263	0,13		1.136	0,18
		<b>958.332</b>	<b>100,00</b>		<b>629.755</b>	<b>100,00</b>

ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**d) Vencimento das parcelas não circulante dos financiamentos e empréstimos**

	2014		
	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total
2014			
2015			
2016	123.227		123.227
2017	138.194		138.194
2018	123.986		123.986
2019	92.272		92.272
2020	84.074		84.074
Após 2020	155.466	1.263	156.729
	<b>717.219</b>	<b>1.263</b>	<b>718.482</b>

**Mutações dos financiamentos e empréstimos**

	2014		2013	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Saldo no início do exercício	236.368	393.387	96.042	351.630
Ingressos	86.255	587.545	14.990	255.369
Encargos	41.135	24.818	7.185	179
Variação monetária	1.168	684	1.427	(195)
Transferências	287.952	(287.952)	213.596	(213.596)
Amortizações	(413.028)		(96.872)	
	<b>239.850</b>	<b>718.482</b>	<b>236.368</b>	<b>393.387</b>

**e) Cláusulas contratuais restritivas**

Os contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia possuem cláusulas que requerem comprovação integral dos recursos de qualquer parcela no prazo de 6 (seis) meses, contados a partir da data da liberação do recurso, ou a verificação, pela Eletrobras, da sua aplicação indevida, desde que, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, contados da simples comunicação feita pela Eletrobras neste sentido, a Companhia não tenha adotado providência cabível para regularização/normalização da situação. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar na rescisão do contrato e consequente vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2014 não há inadimplência da Companhia em relação a essa cláusula.

**ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS**

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**20. OBRIGAÇÕES DE RESSARCIMENTO**

<u>Descrição</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Contribuição para custeio do serviço de iluminação pública - COSIP (a)	27.511	18.160
Devolução de recursos CDE - LPT (b)		
ECFs 171/2007 - 3ª tranche	21.732	19.496
ECFs 196/2007 - 4ª tranche	2.828	2.537
ECFs 242/2008 - 5ª tranche	4.388	3.934
ECFs 250/2009 - 6ª tranche	7.384	6.625
	<b>36.332</b>	<b>32.592</b>
Total	<b>63.843</b>	<b>50.752</b>

**a) Contribuição para custeio do serviço de iluminação pública – COSIP**

Tributo que incide sobre a prestação do serviço de iluminação pública, efetuada pelos Municípios, no âmbito do seu território, instituído pelo Art. 149-A da Constituição Federal. Estas contribuições são cobradas nas contas de energia e quando arrecadadas são repassadas às Prefeituras Municipais.

**b) Devolução de recursos CDE – PLpT**

Refere-se a valores recebidos e não utilizados no Programa Luz para Todos, cuja devolução é feita através de confissão de dívida entre a Companhia e a Eletrobras. Os valores apresentados estão corrigidos pela taxa SELIC.

**21. BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO**

		<u>2014</u>		<u>2013</u>	
		<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Avaliação atuarial CVM 600 (a)		1.698	48.680	1.402	155.097
Contribuição suplementar da patrocinadora (b)		4.064	3.913	3.621	7.185
		5.762	52.593	5.023	162.282

**a) Plano de Contribuição Definida (CD) – Plano 01-B**

O plano CD, por sua vez, oferece basicamente os mesmos benefícios do Plano BD, abaixo descrito, entretanto sem paralelo direto com os salários da atividade. Constitui um plano de acumulação de poupanças durante a fase da vida ativa na Companhia, com reversão em renda de aposentadoria.

Esse regime contributivo estabelece aportes mensais por parte de empregados e da empresa, com base em plano de custeio atuarial pré-concebido. Considerada a característica desse plano, o regime é mantido em permanente equilíbrio, com cotizações individuais balizadas pelo valor dos ativos financeiros, não gerando a obrigação pós-emprego.

Em 31 de dezembro de 2014, as contribuições feitas pela Companhia, para a constituição das provisões matemáticas de benefícios do Plano CD atingiram R\$ 5.175 (2013 - R\$ 5.936).

**ELETOBRAS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS**

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**b) Plano de Benefício Definido (BD) – Plano 01-A**

Em resumo, no plano BD, os benefícios são concedidos com base no salário de atividade. O programa garante a concessão de um patamar mínimo de renda.

O perfil populacional dos participantes do Plano BD está abaixo demonstrado:

<b>DADOS POPULACIONAIS</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
<b>1. Participantes ativos</b>		
1.1. Participantes - nº	20	23
1.2. Idade Média	48,75	48,33
1.3 Salário Médio em R\$	2.701,18	2.534,52
<b>2. Aposentados</b>		
2.1. Participantes Aposentados - nº	319	331
2.2. Idade Média	69,39	68,77
2.3. Benefício Médio em R\$	1.778,89	1.578,37
<b>3. Pensionistas</b>		
3.1. Participantes Pensionistas - nº	169	176
3.3. Benefício Médio em R\$	642,8	707,16
<b>Total de participantes</b>	<b>508</b>	<b>530</b>

**C) Termos de compromissos**

Dívidas contratadas

A Companhia, em razão de insuficiência de cobertura das obrigações decorrentes de direitos relativos ao tempo de serviço já completado pelos beneficiários até a data deste balanço, subscreveu, com a entidade de previdência privada administradora do programa, um Contrato de Dívidas cujos saldos devedores na data de 31/12/2014 e 31/12/2013 eram respectivamente R\$ 6.979, R\$ 13.276 e R\$14.864.

Essa dívida está sendo amortizada em 100 parcelas, a partir de setembro de 2008, sendo compensada com os resultados atuariais do programa a cada ano.

**21.1 Programa de Assistência à Saúde**

Além dos programas previdenciários, a Companhia mantém dois outros benefícios pós emprego: seguro de vida em grupo e assistência médica aos aposentados por invalidez.

No seguro de vida em grupo, os aposentados arcam com 100% do prêmio contratado em apólice, enquanto para os ativos há uma participação financeira de 80% pela Companhia. Esse prêmio, todavia, é equalizado para toda massa segurada, incluindo ativos e inativos. Quando calculado de forma independente esse prêmio revela existência de subsidio indireto para a massa de aposentados, gerando uma obrigação pós-emprego avaliada neste relatório.

O programa de assistência médica da Companhia para os inativos é restrito à massa aposentada por invalidez.

A avaliação do compromisso pós-emprego da Companhia relativamente a esse benefício considera as hipóteses de entrada em invalidez dos atuais empregados ativos, em conformidade com a tábua biométrica adotada, supondo-se um ônus futuro compatível com o custo atual do benefício.

**21.2 Efeitos do Plano BD, Assistência Saúde e Seguro**

**21.2.1 Hipóteses Atuariais e Econômicas**

ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

<b>Hipóteses Econômicas</b>		
	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Taxa de juros de desconto atuarial anual	12,21%	11,99%
Taxa de juros real de desconto atuarial anual	6,14%	6,35%
Projeção de aumento médio dos salários	7,83%	7,41%
Projeção de aumento médio dos benefícios	5,72%	5,30%
Taxa médica de inflação anual	5,72%	5,30%
Expectativa de retorno dos ativos do plano	12,21%	11,99%
<b>Hipóteses Demográficas</b>		
Taxa de rotatividade	0,00%	0,00%
Tábua de mortalidade de ativos e inativos	AT-2000 (D10)	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-83 (D10)	AT-83
Tábua de invalidez	Light forte	Light fraca
% de casados na data de aposentadoria	95%	95%
Diferença de idade entre homens e mulheres	4 anos	4 anos

A taxa global de retorno esperada corresponde à média ponderada dos retornos esperados das várias categorias de ativos de cada plano. A avaliação do retorno esperado realizada pela Administração tem como base as tendências históricas de retorno e previsões dos analistas de mercado para o ativo durante a vida da respectiva obrigação. O atual retorno dos ativos do plano BD foi de R\$ 9.862 (2013 – R\$ 5.173).

(i) Taxa de juros de longo prazo

A definição dessa taxa considerou a prática de mercado dos títulos do Governo Federal, conforme critério recomendado pelas normas nacionais e internacionais, para prazos similares aos dos fluxos das obrigações do programa de benefícios, no chamado conceito de *Duration*.

**21.2.2 Planos de Benefícios em 31 de dezembro**

O plano de benefício normalmente expõem a Companhia a riscos atuariais, tais como risco de investimento, risco de taxa de juros, risco de longevidade e risco de salário.

**ELETOBRAS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS**

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco de investimento	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado usando uma taxa de desconto determinada em virtude da remuneração de títulos privados de alta qualidade; se o retorno sobre o ativo do plano for abaixo dessa taxa, haverá um déficit do plano. Atualmente, o plano tem um investimento relativamente equilibrado em fundos de investimento de renda fixa, ações e realizáveis, considerando os limites por segmento de aplicação de acordo com as diretrizes da Resolução nº 3.792 do Conselho Monetário Nacional e as suas alterações, além dos critérios de segurança, liquidez, rentabilidade e maturidade do plano.
Risco de taxa de juros	Uma redução na taxa de juros dos títulos aumentará o passivo do plano. Entretanto, isso será parcialmente compensado por um aumento do retorno sobre os títulos de dívida do plano.
Risco de longevidade	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência à melhor estimativa da mortalidade dos participantes do plano durante e após sua permanência no trabalho. Um aumento na expectativa de vida dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.
Risco de salário	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência aos salários futuros dos participantes do plano. Portanto, um aumento do salário dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.

Aconciliação dos passivos dos planos de benefícios estão apresentadas a seguir:

	2014			2013		
	Plano BD	Saúde	Total	Plano BD	Saúde	Total
Valor presente das obrigações atuariais parciais ou totalmente cobertas	99.320	43.968	143.288	92.241	149.512	241.753
Valor justo dos ativos do plano (-)	(199.897)	-	(199.897)	(193.435)	-	(193.435)
Passivo (Ativo) líquido	(100.577)	43.968	(56.609)	(101.194)	149.512	48.318
Efeito da restrição sobre o ativo	100.577	-	100.577	101.194	-	101.194
Dívida atural/financeira contrata entre	6.979	-	6.979	7.151	-	7.151
Valor do passivo (ativo) de benefício pós emprego	6.979	43.968	50.947	7.151	149.512	156.663
Custo do serviço corrente	(539)	-	(539)	(476)	-	(476)
Custo de juros sobre as obrigações atuariais		17.611	17.611		10.852	10.852
Despesa/(Receita) atural reconhecida no exercício	(539)	17.611	17.072	(476)	10.852	10.376

**ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS**

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação do valor presente das obrigações e do valor presente do ativo dos planos de benefícios no exercício corrente estão apresentada a seguir:

	2014			2013		
	Plano BD	Saúde	Total	Plano BD	Saúde	Total
<b>Alterações nas obrigações</b>						
Valor das obrigações atuariais no início do	92.242	149.512	241.754	112.113	131.258	243.371
Custo de serviços corrente líquido	39	-	39	73	-	73
Custo de juros	10.594	-	10.594	9.266	10.851	20.117
Benefícios pagos	(8.988)	-	(8.988)	(7.386)	(4.992)	(12.378)
(Ganhos)perdas decorrente de	5.433	-	5.433	(21.825)	12.394	(9.431)
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas demográficas	2.422	-	2.422	-	-	-
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	1.813	-	1.813	(32.471)	(75.385)	(107.856)
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	1.198	-	1.198	10.646	87.779	98.425
Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano	99.320	149.512	248.832	92.241	149.511	241.752

	2014			2013		
	Plano BD	Saúde	Total	Plano BD	Saúde	Total
<b>Alterações nos ativos financeiros</b>						
Valor justo dos ativos no início do ano	193.434	-	193.434	190.689	-	190.689
Receita de juros	23.040	-	23.040	15.763	-	15.763
Contribuições patronais	5.011	5.356	10.367	4.409	4.991	9.400
Contribuições de participantes do plano	578	-	578	549	-	549
Benefícios pagos/adiantados	(8.988)	(5.356)	(14.344)	(7.386)	(4.991)	(12.377)
Contribuições de participantes do plano	-	-	-	-	-	0
(Ganhos)perdas decorrente de	-	-	-	-	-	0
Retorno sobre ativos do plano (excluindo valores incluídos em receita de juros)	(13.178)	-	(13.178)	(10.590)	-	(10.590)
	199.897	-	199.897	193.434	-	193.434

As principais categorias de ativos do plano no final do período de relatório e que impactam o retorno dos ativos do plano são apresentadas a seguir:

ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Relizável	24.155	16.326
Crédito de depósitos privados		191
Quota de fundo de investimentos- curto prazo	1.768	
Quota de fundo de investimentos- renda fixa	200.323	189.016
Quota de fundo de investimentos- ações	10.010	6.911
Empréstimos e financiamentos	3.075	2.963
(-) Recursos a receber - patrocinador	(10.822)	(7.434)
(-) Exigível operacional	(959)	(904)
(-) Exigíveis contingencial	(15.763)	(10.847)
(-) Fundo administrativo	(3.312)	(3.368)
Atualização para valor de mercado	(8.578)	581
	<b>201.911</b>	<b>195.448</b>

Os valores justos dos instrumentos de capital e de dívida são determinados com base em preços de mercado cotados em mercado ativos enquanto os valores justos investimentos imobiliários não são baseados em preços de mercado cotados em mercados ativos.

**21.2.3 Resumo dos impactos reconhecidos em outros resultados abrangentes**

<b>Outros resultados abrangentes (ORA) acumulados</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Programa previdenciário	44.788	39.237
Programa de saúde	7.459	125.258
	<b>54.261</b>	<b>166.508</b>

Descritivo	2014			2013		
	Plano BD	Saúde	Total	Plano BD	Saúde	Total
<b>Remensuração do valor líquido do passivo de benefício definido reconhecidos no ORA no exercício</b>						
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas demográficas	(2.422)	(1.338)	(3.760)	-	-	-
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	(1.813)	(24.357)	(26.170)	32.471	75.385	107.856
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	(1.198)	143.494	142.296	(10.646)	(87.779)	(98.425)
Retorno sobre ativos do plano	(13.178)	-	(13.178)	(10.590)	-	(10.590)
Ajustes a restrições ao ativo de benefício	13.060	-	13.060	(16.121)	-	(16.121)
Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano	(5.551)	117.799	112.248	(4.886)	(12.394)	(17.280)



**ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS**

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**21.3 Contribuições patronais esperadas para o próximo exercício**

A Companhia espera contribuir com R\$ 5.112 para o plano de benefícios definidos durante o próximo exercício.

A duração média ponderada da obrigação de benefícios definido é de 8,92 anos.

Análise dos vencimentos esperados de benefícios não descontados de planos de benefício definido:

	<b>Menos de 1 ano</b>	<b>Entre 1-2 anos</b>	<b>Entre 2-5 anos</b>	<b>Mais de 5 anos</b>	<b>Total</b>
Em 31 de dezembro de 2014					
Benefícios de aposentadoria	8.575	8.489	24.992	144.941	186.997

**21.4 Efeitos da variação de um ponto percentual nas premissas atuariais significativas**

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são: taxa de desconto, aumento nos custos médicos, aumento salarial esperado e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período do relatório, mantendo-se todas as premissas constantes.

Plano de Benefício Definido

- Se a taxa de desconto fosse 0,25% mais alta (baixa), a obrigação de benefício definido teria redução de R\$ 2.122 (aumento de R\$ 2.207);
- Se a expectativa de vida aumentasse (diminuísse) em um ano para homens e mulheres, a obrigação de benefício definido teria um aumento de R\$ 1.585 (redução de R\$ 1.623).

Plano de Saúde

- Se os custos médicos fossem 0,25% mais alta (baixa), a obrigação de benefício definido teria redução de R\$ 1.888 (aumento de R\$ 1.933).

**22. OBRIGAÇÕES ESTIMADAS**

Refere-se aos reconhecimentos por estimativa das obrigações em potencial referentes a férias e encargos devidos aos empregados, sem prejuízo da remuneração mensal, na vigência do contrato de trabalho, e dos encargos sociais incidentes sobre as obrigações trabalhistas, bem como a contabilização dos impostos calculados sobre a receita gerada pelo valor novo de reposição.

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Férias	5.614	6.677
Encargos sobre férias	2.194	2.581
Plano de incentivo ao desligamento - PID (a)	-	4.392
	<b>7.808</b>	<b>13.650</b>

(a) Previsão das verbas rescisórias de 16 funcionários que aderiram ao Plano de incentivo ao desligamento – PID com saída programada para outubro e novembro de 2014.

**ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS**

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**23. ENCARGOS SETORIAIS**

Trata-se de valores realizáveis ou exigíveis em decorrência de contrato de concessão, definidos em legislação específica e cujas quotas são fixadas pela ANEEL para assegurar, dentre outros objetivos, o equilíbrio econômico financeiro da concessão.

		<u>2014</u>	<u>2013</u>
Quota para RGR	(a)	1	1
Quota para CDE		312	313
Taxa de fiscalização	(b)	<u>118</u>	<u>183</u>
		<b><u>431</u></b>	<b><u>497</u></b>

- a) O saldo refere-se aos juros do mês de dezembro de 2014, fixada pela ANEEL através do Despacho nº 298, de 11 de fevereiro de 2014.
- b) A ANEEL através do Despacho nº 2.093, de 04 de julho de 2013, fixou o valor da Taxa de Fiscalização para o período de agosto de 2013 a julho de 2014, e através do Despacho nº 3.168, de 18 de agosto de 2014 fixou a taxa para o período de agosto de 2014 a julho de 2015. O saldo refere-se a taxa de dezembro.

**24. PESQUISA E DESENVOLVIMENTO**

	<u>2014</u>		<u>2013</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
P&D - FNDCT	562	-	330	-
P&D - MME	281	-	160	-
P&D - Recursos a aplicar	10.790	9.703	10.790	6.951
PEE - Recursos a aplicar	7.920	12.412	7.920	6.432
	<b><u>19.553</u></b>	<b><u>22.115</u></b>	<b><u>19.200</u></b>	<b><u>13.383</u></b>

Programa de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento

São programas de reinvestimentos exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas, conforme Resolução nº 300/2005. Os valores são constituídos a partir do reconhecimento dos itens que compõem a Receita Operacional Líquida – ROL, conforme Resolução 300/2005, alterada pelas Resoluções nº 504/2012, de 14 de agosto de 2012 e nº 556/2013, de 18 de junho de 2013.

O saldo não aplicado dos programas é atualizado mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento, deduzidos dos valores aplicados nas ODS, até o momento efetivo do encerramento do projeto, com base na taxa SELIC.

**ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS**

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**25. OUTROS**

	2014		2013	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Consumidores (a)	957	3.305	982	3.305
Contribuição patrocinadora	728	-	511	-
Cauções em garantia	600	-	828	-
Programa de redução consumo de energia elétrica	-	-	-	-
Folha de pagamento (b)	5.980	-	8.286	-
Multas ANEEL e ARSAL (c)	6.643	-	7.445	-
Encargos tarifários	(24)	-	63	-
Provisões operacionais	8.433	-	-	-
Ação CEAL x CHESF x CODEVASF	-	25.513	11.337	-
Outros	916	981	1.133	981
	<b>24.233</b>	<b>29.799</b>	<b>30.585</b>	<b>4.286</b>

**a) Consumidores**

Referem-se a pagamento em duplicidade de contas de energia pelos consumidores, e participação financeira do consumidor em obras.

**b) Folha de pagamento**

O detalhamento desta conta está assim composto:

	2014	2013
Folha de pagamento	2.904	4.031
Tributos e contribuições retidos na fonte	1.589	2.136
Consignações	1.487	2.119
	<b>5.980</b>	<b>8.286</b>

**c) Multas ARSAL e ANEEL**

A Companhia foi autuada pela ANEEL em decorrência de procedimentos irregulares ocasionados por descumprimento às resoluções vigentes que regulam o setor. As multas estão assim detalhadas (\*):

	2014	2013	Descrição
AI 001/2004		1.453	Fiscalização técnico comercial estornado em 2010 - parcelado em dezembro de 2013
AI 002/2012	2.386	2.151	Fiscalização técnico comercial ano 2012. Pagamento parcelado em 12 vezes com inicio
AI 003/2012	866	802	Metas mensais dos indices INS, IAB e ICO, referente ao exercício de 2011
AI 004/2012	1.169	1.054	Indicadores DEC e FEC exercício de 2009
AI 005/2012	-	765	Nível de tensão
AI 1001/2013	521	477	Metas mensais dos indices INS, IAB e ICO, referente ao exercício de 2012
AI 1002/2013	-	607	Indicadores de continuidade individuais
AI 1004/2013	137	124	Níveis de tensão e atendimento de unidades consumidoras
AI 1005/2013	-	12	Fiscalização comercial
AI 01/2014	69	-	Qualidade do serviços exc 2002 e 2003 - Saldo da atualização monetária
AI 003/2014	381	-	Descumprimento de indices de qualidade do serviço (INS, IAB e ICO)
AI 001/2004	620	-	Fiscalização técnica exercício de 2013
AI 004/2014	462	-	Descumprimento dos niveis de tensão de atendimento de unidade consumidores
AI 005/2014	32	-	Fiscalização comercial exercício de 2013
	<b>6.643</b>	<b>7.445</b>	

**ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS**

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

DIC – Duração de interrupção individual por unidade consumidora  
 FIC – Frequência de interrupção individual por unidade consumidora  
 DMIC – Duração máxima de interrupção contínua por unidade do consumidor  
 INS – Índice de nível de serviços  
 IAB – Índice de abandono  
 ICO – Índice de chamadas ocupadas  
 DEC – Duração equivalente de interrupção por unidade consumidora  
 FEC – Frequência equivalente de interrupção por unidade consumidora

(\*) Para todos os autos a Companhia apresentou recursos administrativos, cujas penalidades foram mantidas ou estão em análise pelo órgão regulador.

**26. ADIANTAMENTOS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL - AFAC**

Referem-se a aporte de recursos pela Eletrobras para cobertura de déficit operacional e são atualizados monetariamente pela taxa SELIC até a efetiva capitalização, ficando assim a composição:

<b>Adiantamentos</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Resolução 581/2012 de 09.07.2012	3.607	3.347
Resolução 760/2012 de 30.08.2012	1.231	1.141
Resolução 968/2012 de 06.12.2012	3.469	3.210
	<b>8.307</b>	<b>7.698</b>

A movimentação dos adiantamentos está demonstrado a seguir:

<b>Adiantamentos</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Saldo no início do exercício	7.698	176.514
Liberações		21.918
Atualização monetária	609	10.228
Baixas		(200.962)
	<b>8.307</b>	<b>7.698</b>

A baixa trata-se da capitalização para fins de integralização do capital subscrito da Companhia, sem emissão de novas ações, conforme Resolução de Diretoria Executiva, e RES 086/2013, de 11/06/2013, e Deliberação do Conselho de Administração, e DEL - 023/2013 de 26/06/2013 respectivamente.

Para os processos de integralização ocorridos faz-se necessário autorizações ministeriais que decorre em um determinado período. O saldo remanescente refere-se as variações monetárias pela taxa SELIC do período da solicitação até 30 de setembro de 2014 quando foi autorizada pela Eletrobras o início do processo para integralização dos AFACs.

ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**27. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIAS E TRABALHISTAS**

As provisões são baseadas na estimativa da opinião dos nossos consultores jurídicos das possíveis indenizações por ações cíveis, tributárias e trabalhistas que se acham em tramitação em diversas instâncias de decisão judicial.

	Ref.	Probabilidade de perda provável	
		2014	2013
Trabalhistas	(1)	20.727	20.866
Cíveis	(2)	27.793	24.322
Tributárias	(3)	40.190	38.285
		<b>88.710</b>	<b>83.473</b>

	Ref.	Probabilidade de perda possível	
		2014	2013
Trabalhistas	(1)	49.054	28.152
Cíveis	(2)	161.409	127.620
Tributárias	(3)	1.159	1.118
		<b>211.622</b>	<b>156.890</b>

**a) Mutações das provisões para contingências:**

	2013	Constituição	Pagamento / reversão	2014
Trabalhistas	20.866	4.637	(4.776)	20.727
Cíveis	24.322	3.763	(292)	27.793
Tributárias	38.285	1.905		40.190
	<b>83.473</b>	<b>10.305</b>	<b>(5.068)</b>	<b>88.710</b>

	2012	Constituição	Pagamento / reversão	2013
Trabalhistas	19.281	2.831	(1.246)	20.866
Cíveis	37.890	1.984	(15.552)	24.322
Tributárias	36.855	1.430		38.285
	<b>94.026</b>	<b>6.245</b>	<b>(16.798)</b>	<b>83.473</b>

ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**b) Quantidade de processos judiciais em andamento (informação não auditada):**

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Juizados especiais	3.295	2.664
Justiça do trabalho	1.622	1.176
Justiça estadual	2.275	1.823
Justiça federal	56	59
Outros	723	723
	<u><b>7.971</b></u>	<u><b>6.445</b></u>

**(1) Trabalhistas**

Nesse agrupamento, a Companhia figura nos processos basicamente na qualidade de ré, vez que geralmente o que se discute na Justiça do trabalho são diversas ações movidas contra a Companhia por ex-empregados, empregados do quadro atual e terceirizados, envolvendo principalmente: adicional de periculosidade, diferença de adicional de periculosidade, diferença salariais, férias, férias proporcionais, gratificação de função, horas extras, verbas rescisórias, plano Bresser, multa compensatória de 40% sobre saldo dos expurgos inflacionários depositados em conta vinculada de ex-obreiros, indenização por danos morais decorrentes de acidentes de trabalho e reintegração de demitidos.

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Provável	20.727	20.866
Possível	49.054	28.152
Remota	1.922	1.726
	<u><b>71.703</b></u>	<u><b>50.744</b></u>

**(2) Cíveis**

Nas ações cíveis o maior número de processos diz respeito à recuperação de crédito (cobrança, execução etc.), estando à Companhia no pólo ativo da demanda, e a responsabilidade civil (indenizações por danos materiais, morais etc.), quando a Companhia figura no pólo passivo da relação processual.

ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Ref.</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Probabilidade de perda			
Provável			
Indenização	(a)	16.248	11.808
Repetição de indébito	(d)	57	57
Execução fiscal/embargos	(e)	415	415
Juizados especiais	(f)	4.413	5.461
Outros	(g)	<u>6.660</u>	<u>6.581</u>
		<u>27.793</u>	<u>24.322</u>
Probabilidade de perda			
Possível			
Indenização	(a)	8.752	14.148
Ação civil pública	(b)	54.277	54.277
Revisional de contratos	(c)	36	35
Repetição de indébito	(d)	56	56
Execução fiscal/embargos	(e)	9.382	6.016
Juizados especiais	(f)	6.251	3.720
Outros	(g)	<u>82.655</u>	<u>49.368</u>
		<u>161.409</u>	<u>127.620</u>
Probabilidade de perda			
Remota			
Indenização	(a)	2.760	4.575
Ação civil pública	(b)	15	15
Repetição de indébito	(d)	995	1.221
Execução fiscal/embargos	(e)	2.772	2.800
Juizados especiais	(f)	530	527
Outros	(g)	<u>302.027</u>	<u>2.027</u>
		<u>309.099</u>	<u>11.165</u>

**(a) Indenização:** agrupamento dos processos que envolvem pedido de indenização por danos morais ou materiais. Os fatos geradores mais comuns são: acidentes nos sistemas de transmissão de energia elétrica do sistema elétrico de potência, com ou sem óbito; defeitos na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica, com danificação de aparelhos elétricos dos consumidores; interrupção indevida do fornecimento de energia elétrica; inclusão indevida do consumidor nos cadastros de inadimplentes.

**(b) Ação Civil Pública:** agrupamento das ações que envolvem a suposta coação ilegal de autoridade revestida nas atribuições do poder concedente (interrupção do fornecimento de energia elétrica, negativa de ligação de consumidor ao sistema elétrico de potência etc.) e as ações de interesse público, que induzem à participação do Ministério ou Defensoria Pública (defesa de direitos coletivos difusos).

**(c) Revisional de contratos:** agrupamento das ações propostas pelos consumidores que entendem existir algum problema ou erro com o contrato firmado com a concessionária.

**(d) Repetição de indébito:** agrupamento de ações propostas com consumidores que alegam ter pago à concessionária mais do que era efetivamente devido, e através das referidas ações, pedem a devolução do pagamento supostamente indevido.

**(e) Execução fiscal/embargos:** agrupamento das ações propostas pelas Fazendas Públicas (Municipal, Estadual e Federal) objetivando cobrar da concessionária eventuais dívidas, em geral de natureza tributária.

**ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS****NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**(f) Juizados especiais:** ações cíveis tramitando no juizado especial no montante estimado de R\$ 13.917, sendo R\$ 12.010 avaliados como de perda provável. Referem-se a: cancelamento de dívida, declaração de nulidade, indenização por danos morais, indenização por danos materiais, renegociação de dívida, repetição de indébito, revisão de consumo.

**(g) Outros:** agrupamento das demais ações não incluídas nos tópicos nominados especificamente seja na esfera administrativa (PROCON, Procuradorias etc.), seja na esfera judicial. A variação é decorrente do aumento dos processos em andamento.

**a) Tributárias**

	<b>31.12.2014</b>	<b>31.12.2013</b>
Causas tributárias	40.190	36.855
	<b>40.190</b>	<b>36.855</b>

**ICMS Baixa Renda**

Apesar da demanda em epígrafe se tratar ainda de lide administrativa, sem interferência do Judiciário, destacamos sua importância.

- Auto de Infração nº 99.78026-002 – a SEFAZ notificou a Companhia para a falta de recolhimento do ICMS da subclasse baixa renda, porém, relativa ao período de 2003 a 2005, sendo argüida perante a autoridade administrativa preliminar de decadência, desta vez, referente ao período de janeiro a maio de 2003. Defesa apresentada em 29.07.2007. A 2ª Câmara do Conselho acolheu a preliminar de decadência referente ao período de janeiro a junho/2003, conforme Acórdão nº P-289/2011 de 01.12.2011.
- Interpusemos recurso especial Administrativo junto a SEFAZ, porém o resultado do julgamento foi mantido, não existindo mais qualquer recurso administrativo.
- Diante da situação apresentada, ajuizamos ação anulatória de lançamento fiscal com pedido de antecipação de tutela, que tomou o número 0703653-52.2011.8.02.0001 e tramita na 17ª Vara Cível de Maceió - AL. A antecipação de tutela foi negada, decisão contra a qual interpusemos recurso de agravo de instrumento.
- Agravo de instrumento nº 2012.001209-5 de 23/08/2012, determinando suspensão da exigibilidade do crédito tributário.
- Em 1º de agosto de 2014, foi publicada a sentença de 1º grau que julgou a ação anulatória de Débito Fiscal nº 0703653-52.2011.8.02.0001, dando ganho de causa a CEAL. Aguardando trânsito em julgado da sentença judicial.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possui provisão constituída no montante de R\$ 40.190 em relação a esse assunto.

A Companhia tem ações de natureza tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perdas classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída:



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

**a) Trabalhistas****PLANO BRESSER**

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas no Estado de Alagoas, na qualidade de substituto processual, aforou reclamação trabalhista em favor dos empregados da Companhia, visando o recebimento de supostas diferenças salariais, ocorridas em virtude da implantação do denominado "Plano Bresser" (Decreto-Lei nº 2.335/87).

O pedido teve amparo perante a Egrégia Segunda Junta de Conciliação e Julgamento de Maceió-AL, decisão esta confirmada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região, estando a decisão transitado em julgado.

Ocorre que, na execução da sentença, o Juízo da 2ª Vara do Trabalho de Maceió entendeu a época que não deveria haver limitação a data-base da categoria, o que extraordinariamente oneraria a execução.

Daí o risco avaliado de perda ser provável quanto a avaliação de perda limitada a data base, pois o julgamento da limitação da data-base da categoria dar-se-á com a continuidade da execução.

Conforme a OJ/TST (SDI i) Nº 262, não ofende "à coisa julgada a limitação à data-base da categoria, na fase executória, da condenação ao pagamento de diferenças salariais decorrentes de planos econômicos".

O pagamento de diferenças salariais foi limitado à data base através da Súmula 322 do TST que estabelece: os reajustes salariais decorrentes dos chamados "gatilhos" e URPs, previstos legalmente como antecipação, são devidos tão somente até a data-base de cada categoria.

Ressalta-se que entre as medidas judiciais cabíveis, foram apresentados Embargos à Execução, o que permitiria o exame da limitação dos cálculos à data base da categoria, procedimento também adotado pela Advocacia Geral da União.

Acrescente-se a isso o fato de a União ter ingressado no feito como assistente, o que reforça a defesa da Companhia na busca pela limitação à data base, bem como a decisão datada de 15 de março de 2011, do TRT da 19ª Região, proc. 251900.68.5.19.1989.0002, da Companhia de Abastecimento de Águas e Saneamento de Alagoas – CASAL, que houve a limitação à data base. A Companhia tem constituída provisão para contingências em relação a esse assunto, no montante de R\$ 4.687.

**b) Tributárias**

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possui provisão constituída no montante de R\$ 40.190 em relação a esse assunto.

**Imposto sobre transmissão causa mortis e doação**

Imposto cobrado pela Secretaria Executiva da Fazenda quando do recebimento de bens, a título de doações, feitas por consumidores.

- Auto de Infração nº 062052, lavrado em 22/11/2004, referente aos meses de janeiro, junho, setembro, outubro, novembro e dezembro de 1998, resultando no Processo nº 1500.33881/2004. Como não existe previsão legal para os exercícios de 1999 a 2003, conforme Decisão nº 15.723/08, conclui-se que o mesmo se aplica ao exercício de 1998, portanto, este foi considerado como improcedente. Foi obtida Decisão Administrativa nº 18.617/12, concluindo-se pela extinção do crédito tributário em face da decadência. Atualmente, o processo está aguardando julgamento do Conselho de Contribuintes, sendo o valor atualizado até 31 de dezembro de 2014 de R\$ 775.

## ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

- Auto de Infração nº 062057, lavrado em 22/11/2004, referente ao período de fevereiro a dezembro de 1999; janeiro, março, abril, junho, julho, agosto, novembro e dezembro de 2000; exercício de 2001; de fevereiro a dezembro de 2003; janeiro, fevereiro, março, abril, junho, julho, agosto e setembro de 2004, que resultou no processo nº 1500.34028/2004. Através da defesa apresentada em 17/12/2004, o auto foi considerado parcialmente procedente por falta de previsão legal de alíquota para os exercícios de 1999 a 2003, sendo considerado apenas o ano de 2004. Nova defesa foi apresentada ao Conselho de contribuinte em 17/10/2008. A Companhia efetuou depósito em juízo em 02/07/2010. A exigibilidade do crédito tributário está suspensa em razão do depósito judicial realizado. O processo está pendente de prolação de sentença, sendo o valor atualizado do depósito em 31 de dezembro de 2014 de R\$ 384.

#### **Auto de Infração nº 9.3828-01 – ICMS sobre perdas comerciais**

Autolavrado em 05 de maio de 2005, expedido pela Secretaria Executiva da Fazenda Estadual, no valor de R\$ 139.254, atualizado em 31.12.2014 R\$ 319.106 referente a Perdas Comerciais.

Defesa apresentada em 06/06/2005, pelo Escritório de Advocacia Spencer Advogados Associados. Julgado totalmente procedente em 18 de julho de 2006. Nova defesa foi apresentada ao Conselho de Contribuintes. Em 15 de fevereiro de 2011 foi julgado procedente em parte (excluindo a multa). Foram protocolados junto à SEFAZ os processos de nºs. 1500.014896/2010 – 30 de junho de 2010 – Arguindo erro material de decadência (janeiro a abril/2000), 1500.0010900/2011 – 4 de abril de 2011 – Embargos de Declaração, tentando modificar o acórdão – sobre omissão de documentos no furto de energia e 1500.012077/2011 – 13 de abril de 2011 – Ajuizamento de Recurso Especial da petição inicial. Em 18/09/2013, a empresa recebeu a notificação nº 535/2013, informando que o gabinete do Secretário da Fazenda manteve a decisão do Acórdão nº P-109do CTE, julgando o Auto de Infração procedente em parte. Foi ajuizado ação Anulatória de Débito Fiscal sob o nº 0705560-57.2014.8.02.0001 e no dia 21 de novembro de 2013, foi expedida liminar concedendo antecipação de tutela para suspender a exigibilidade do crédito tributário. O processo judicial se encontra em fase de instrução probatória.

#### **Processo 0722129.70.2013.8.02.001-Danos morais**

Trata-se de Ação Coletiva de Consumo proposta pelo Instituto Sal da Terra objetivando a condenação da Companhia Energética de Alagoas – CEAL em danos morais individuais no valor equivalente a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para cada um dos 30.000 (trinta mil) consumidores afetados pelo envio de uma carta do SERASA informando que os mesmos teriam seus nomes negativados.

O problema ocorreu em razão de ato do SERASA, que gerou, sem a autorização ou solicitação da CEAL, as referidas cartas aos consumidores que, na maioria, já haviam realizado o pagamento das faturas de energia. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 300.000.

A classificação foi realizada de forma bastante conservadora, vez que existem várias linhas de defesas postas na contestação que induzem a uma futura improcedência da ação, sendo uma delas a ilegitimidade passiva da Companhia pelo fato de que não foi dela a iniciativa ou autorização do envio das cartas informando a possível negativação dos nomes dos consumidores.

## **28. CAPITAL SOCIAL**

A composição acionária do capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 estava assim apresentada:

**ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS**
**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quant.*	Part. (%)	Quant.*	Part. (%)	Quant.*	Part. (%)
Eletrobras	677.858.321	100,00	11.666.063	100,00	689.524.384	100,00

\*Quantidades em milhares de ações

As ações ordinárias, na forma nominativa e escritural, têm direito de voto, na proporção de um voto por ação, ou o direito ao voto múltiplo, nos casos e na forma previstos em lei. As ações preferenciais, conforme estatuto social é assegurado um dividendo mínimo prioritário e cumulativo de 10% ao ano, calculado sobre o valor do capital integralizado, relativo a essa classe de ações.

**29. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

	Nº de Consumidores*		MWh*		R\$	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
<b>Fornecimento e suprimento</b>	(a)					
Residencial	930.441	900.642	1.304.933	1.225.493	551.297	480.970
Industrial	2.593	2.649	579.270	554.697	149.361	122.852
Comercial	59.163	57.689	731.982	680.412	313.877	260.674
Rural	11.595	10.429	178.919	216.079	36.776	37.029
Poder Público	8.673	8.581	150.566	145.272	56.244	48.774
Iluminação Pública	203	197	202.582	189.829	47.194	39.257
Serviço Público	1.199	1.139	183.564	179.167	43.541	42.459
<b>Total</b>	<b>1.013.867</b>	<b>981.326</b>	<b>3.331.816</b>	<b>3.190.949</b>	<b>1.198.290</b>	<b>1.032.015</b>
<b>Receita pela disponibilidade da rede</b>						
Encargos de uso da rede					13.760	16.356
					<b>13.760</b>	<b>16.356</b>
Fornecimento não faturado - OCPC 08					172.024	
Energia de curto prazo					170.415	31.918
					<b>1.554.489</b>	<b>1.080.289</b>
<b>Outras receitas</b>						
Tarifa social de consumidores de baixa renda					45.013	39.405
Receita de construção					93.192	104.440
Subvenção CDE p/coertura descontos tarifários					24.965	18.452
Outros					4.340	13.641
<b>Total</b>					<b>167.510</b>	<b>175.938</b>
<b>Total receita operacional bruta</b>					<b>1.721.999</b>	<b>1.256.227</b>
<b>Deduções</b>						
<b>Tributos e contribuições sobre a receita</b>						
ICMS sobre venda de energia elétrica					(242.354)	(215.664)
COFINS					(101.282)	(87.222)
PASEP					(21.987)	(18.936)
					<b>(365.623)</b>	<b>(321.822)</b>
<b>Encargos do consumidor</b>						
Quota para Reserva Global de reversão - RGR					(8)	(656)
Encargo do consumidor - PEE					(5.353)	(4.112)
Encargo do consumidor - CDE					(3.281)	(2.035)
Encargo do consumidor - CCC						(1.725)
Encargo do consumidor - P&D					(5.353)	(4.197)
Outros encargos					(248)	(224)
					<b>(14.243)</b>	<b>(12.949)</b>
<b>Total das deduções</b>					<b>(379.866)</b>	<b>(334.771)</b>
<b>Total da receita operacional líquida</b>					<b>1.342.133</b>	<b>921.456</b>

\*Informações não auditadas.

## ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### a) Fornecimento de energia elétrica e disponibilidade da rede elétrica

- ✓ O consumo próprio não está contemplado na quantidade de MWh gerado (2014-3.724\* e 2013 - 3.713\*) e também no quantitativo de consumidores (2014 - 104\* e 2013 - 128\*).
- ✓ De acordo com o Despacho nº 1.618, de 23 de abril de 2008, deverá ser realizada a transferência de receita para atividade de distribuição, adotando para fins de valoração uma única Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD média.

#### b) Receita operacional líquida

A Companhia apresentou em 2014 uma ROL de R\$ 1.347.805, representando um acréscimo de 46,27% em relação ao mesmo período de 2013 (R\$ 921.456), os fatores que mais contribuíram com este aumento foram:

##### 1. Evolução do número de consumidores

O mercado cativo de energia apresentou um aumento de 3,44% em relação ao mesmo período do exercício anterior, passando de 981.326 para 1.013.867, que representa um incremento de 32.541 novas unidades consumidoras.

Essa taxa de crescimento demonstra uma acomodação no crescimento do consumo de energia elétrica, decorrente principalmente das fortes chuvas no primeiro trimestre.

As classes que apresentaram maior evolução de consumo foram:

- ✓ A classe Comercial apresentou uma evolução no consumo em 7,58% (51.570 MWh) com participação de 5,84% no mercado cativo, além dos fatores econômicos favoráveis ao comércio, com inauguração de novas unidades, principalmente 2 shoppingcenter no segundo semestre de 2013 e também pela inclusão de condomínios residenciais;
- ✓ A Classe Iluminação Pública em 6,72% (12.753MWh) em virtude das ações de recadastramento realizados em Maceió;
- ✓ A classe Residencial apresentou uma evolução no consumo em 6,48% (79.440MWh) decorrente do aumento no número de consumidores (29.799 novos consumidores, uma variação de 3,31% em relação a 2013), da redução das tarifas e do aumento na posse e no uso de eletrodomésticos. É importante ressaltar o crescimento da participação da Baixa Renda no consumo residencial, pois apresentou um crescimento de 9,3% em relação a 2013;
- ✓ A Classe industrial apresentou uma evolução de 4,43% (24.573 MWh) apresentando uma acomodação da taxa de crescimento, reflexo do baixo crescimento do PIB nacional, pela parada para manutenção da Braskem. O maior aumento ficou com a produção de produtos plásticos com 13,2%;

A classe que apresentou menor evolução de consumo foi a classe Rural com um decréscimo de 17,20% (37.160 MWh) em virtude do alto nível de precipitação pluviométrica;

##### 2. Energia vendida em MWh

O volume total de energia vendida no mercado cativo foi de 3.335.540 MWh, apresentando um acréscimo de 4,41% em relação ao mesmo período de 2013 (3.194.664 MWh).

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

**3. Receita não faturada – OCPC 08**

Refere-se ao reconhecimento dos ativos e passivos financeiros, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica, conforme Orientação Técnica OCPC08. Para este registro o contrato de Concessão nº 007/2001 foi aditado em 10 de dezembro de 2014, conforme Despacho ANEEL nº 4.621, de 25 de novembro de 2014.

**4. Perdas elétricas no sistema**

As perdas elétricas totais (técnicas + não técnicas) no sistema de distribuição da Companhia passaram de 26,13% para 24,81%. A continuidade das ações de inspeção e de regularização de unidades consumidoras, principalmente na área de irrigação, as melhorias no processo de faturamento e o recadastramento da carga de iluminação pública foram os principais fatores que contribuíram para redução. Também contribuiu o início dos projetos financiados pelo Banco Mundial, especificamente os de regularização de clandestinos e substituição de medidores obsoletos.

**5. Reajustes tarifários**

- ✓ Revisão tarifária extraordinária– Através da Resolução Homologatória nº 1.445, de 24 de janeiro de 2013, com vigência no período de 24 de janeiro de 2013 a 27 de agosto de 2013, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, homologou as tarifas com redução média na baixa tensão em 18% e para alta tensão 22%; Revogou a quota anual da Conta de Consumo de Combustível – CCC e homologou o valor mensal de R\$ 1.846 a ser repassado pela Eletrobras a partir de fevereiro de 2013, até o dia 10 do mês subsequente, referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica.
- ✓ Revisão tarifária 2013 – Através da Resolução Homologatória nº 1.606, de 27 de agosto de 2013, com vigência a partir de 28 de agosto de 2013 a 27 de agosto de 2014, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, homologou a Revisão Tarifária de 3,29% (três vírgula vinte e nove por cento), sendo -1,86% (um vírgula oitenta e seis por centonegativo) relativos aos componentes econômicos, e 5,15% (cinco vírgula quinze por cento) relativos aos componentes financeiros adicionais o que levou a um efeito médio de 3,26% (três vírgula vinte e seis por cento). Fixando também as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição (TUSD). Este reajuste incidiu na tarifa reduzidas na Revisão Tarifária Extraordinária de 2013.
- ✓ Reajuste tarifário 2014 – Através da Resolução Homologatória nº 1.782, de 26 de agosto de 2014, com vigência a partir de 28 de agosto de 2014 a 27 de agosto de 2015, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, homologou o Reajuste Tarifário de 32,36%, sendo 26,32% relativos aos componentes econômicos, e 12,85% relativos aos componentes financeiros e -6,81% de efeito da retirada dos efeitos financeiros do processo tarifário anterior, o que levou a um efeito médio a ser percebido pelos consumidores de 32,36%. Fixando também as Tarifas de Energia e das Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição (TUSD).

A receita da concessionária de distribuição é composta por duas parcelas: a "Parcela A, representada pelos custos não-gerenciáveis da empresa (encargos setoriais, encargos de transmissão e compra de energia para revenda), e a "Parcela B", que agrega os custos gerenciáveis (despesas com operação e manutenção, despesas de capital).

O novo Reajuste Anual é calculado mediante a aplicação do Índice de Reajuste Tarifário sobre as tarifas homologadas na data de referência anterior.

**ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS**

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

<b>Participação no IRT</b>	<b>Período 28/08/2014 a 27/08/2015</b>	
	<b>R\$</b>	<b>Participação na receita (%)</b>
Receita Anual	817.020	
Encargos setoriais	58.069	1,24
Custos com Transporte de Energia	42.921	2,46
Compra de Energia	591.351	21,40
	692.341	25,10
Remuneração bruta de capital - Parcela B	339.719	1,22
Receita requerida total econômico	1.032.060	26,32
CVA	90.463	10,48
Neutralidade	(1.663)	(0,19)
Outros componentes financeiros	22.134	2,56
Total dos componentes financeiros	110.934	12,85
Receita requerida total	1.142.994	
Efeito tarifário médio para os consumidores cativos:		39,17

**6. Tarifa social de consumidores de baixa renda**

As subvenções econômicas do subsídio da baixa renda a ser ressarcida pelo fundo da CDE administrado pela Eletrobras são reconhecidas no resultado pelo regime de competência.

A Resolução Normativa nº 472, de 24 de janeiro de 2012, estabelece que as concessionárias de distribuição, desde a realização das respectivas revisões periódicas do 2º Ciclo, o custeio da aplicação da TSEE é misto, sendo parte com recursos da CDE e parte com recursos provenientes das tarifas dos consumidores da própria área de concessão, mediante a consideração, no processo tarifário de cada concessionária, de componente financeiro específico denominado "Previsão Subsídio Baixa Renda", cujo valor é revertido no processo tarifário subsequente e substituído pelo montante definitivo do subsídio apurado a partir dos dados validados pela ANEEL no período de referência.

Conforme Art. 13, a DMR das concessionárias de distribuição referente ao período de dezembro de 2011 até o mês anterior ao respectivo reajuste ou revisão tarifária de 2012, deve ser custeada com recursos da CDE em relação ao valor que exceder 1% (um por cento) da receita econômica da concessionária, além dos descontos concedidos às famílias indígenas e quilombolas a que se refere o § 2o do art. 5o.

O aumento nesta rubrica refere-se a novas regras homologadas pela ANEEL por meio da Resolução nº 945/10 e Resolução Normativa nº 426/2011, no tocante ao cadastramento dos consumidores.

**ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS**

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**7. Receita e custo de construção**

O ICPC 01 estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Procedimentos Técnicos CPC 17 – Contrato de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (ii) toda receita de construção esta relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais. Os saldos de receita e custo de construção correspondem a R\$ 93.192 em 2013 (2013 – R\$ 104.440), respectivamente.

**8. Subvenção da CDE para custear descontos tarifários**

Conforme Art. 13, inciso VII da Lei 10.438, de 26 de abril de 2002 e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013, a ANEEL homologa os valores a serem repassados com recursos CDE pela Eletrobras, para cobertura dos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários, retirados da estrutura tarifária das concessionárias de distribuição por ocasião da revisão extraordinária: geradores e consumidores de fonte incentivada; serviço de irrigação e aquicultura em horário especial; serviço público de água esgoto e saneamento; distribuidoras com mercado próprio inferior a 500 GWh/ano; classe rural; subclasse cooperativa de eletrificação rural e; serviço público de irrigação.

Os valores homologados foram:

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Resolução Homologatória nº 1445, de 24 de janeiro de 2013 (valor mensal R\$ 1.846)- período março a dezembro/2013		16.613
Resolução Homologatória nº 1606, de 27 de agosto de 2013 (valor mensal de R\$ 1.839) - período janeiro a julho de 2014.	12.872	1.839
Resolução Homologatória nº 1.782, de 26 de agosto de 2014 (valor mensal de R\$2.418) - período agosto a dezembro de 2014	12.093	
	<b>24.965</b>	<b>18.452</b>

**9. Outras receitas**

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Renda da prestação de serviços	48	75
Arrendamentos e alugueis	5.267	4.772
Serviço taxado	6.247	5.805
Cobranças diversas - consumidores	3.784	624
Taxa de administração cobrança COSIP	2.575	1.890
Valor novo de reposição -VNR	(13.959)	
Outras	378	475
	<b>4.340</b>	<b>13.641</b>



**ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS**

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

São receitas decorrentes da prestação de serviços como aluguéis de uso mútuo de postes, taxa de administração da COSIP, e serviços cobráveis definidos pela REN 414/2010: Vistoria, aferição de medidor, religação normal, religação de urgência, segunda via de fatura, desligamento programado, religação programada, deslocamento ou remoção de postes, visita técnica, custo administrativo de inspeção.

**10. Quota para reserva global de reversão**

A variação ocorrida neste rubrica ocorreu em função da extinção deste encargo através do Despacho nº 34 da ANEEL, de 10 de janeiro de 2013. O valor contabilizado em 2013 refere-se ao pagamento total da quota de dezembro de 2012. O valor contabilizado em 2013 refere-se aos juros sobre o Fundo de Reversão, fixado pela ANEEL através do Despacho nº298, de 11 de fevereiro de 2014.

**11. Encargo do consumidor – CDE**

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também foram definidos pela ANEEL, através das Resoluções Homologatórias nºs1.409, de 24 de janeiro de 2013 e 1.699, de 07 de abril de 2014.

**12. Encargo do consumidor – CCC**

Através da Resolução Homologatória nº 1.445, de 24 de janeiro de 2013 – Art. 6º, a ANEEL determina a isenção do pagamento a partir do mês de fevereiro da quota anual da CCC pela CEAL. O valor contabilizado em 2013 refere-se à parcela de janeiro de 2013.

**30. CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA**

**(1) Energia elétrica comprada para revenda**

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Partes relacionadas	(198.529)	(120.950)
CCEE Curto prazo	(274.790)	(130.885)
CCEE Curto prazo -Disponibilidade ACR (a)	(307.322)	(40.864)
CCEE - Contratação energia de reserva	(751)	(2.618)
CCEE - Cotas de garantia física (b)	(45.330)	(34.749)
CCEE - Cotas partes Angra I e II (c)	(19.099)	(17.457)
Proinfa	(19.983)	(16.391)
Terceiros	(376.293)	(236.446)
(-) Repasse CDE (d)	9.789	59.605
(-) Repasse conta ACR (e)	347.105	
(-) Crédito PIS/COFINS (f)	53.637	35.975
	<b>(831.566)</b>	<b>(504.780)</b>

**Os itens (a), (b) e (c) estão descritos na nota 16**

**(d) Repasse CDE**

O Decreto nº 7.945, de 7 de março de 2013, determinou que os recursos da CDE fossem destinados as distribuidoras para neutralizar a exposição no mercado de curto prazo, decorrente da alocação das cotas de garantia física de energia e de potência de que trata o art. 1º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013; e para cobrir o custo adicional decorrente do despacho de usinas termelétricas acionadas em razão de segurança energética, conforme decisão do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico.



## ELETOBRAS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

O Decreto nº 8.203, de 2 de abril de 2014 altera o Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2014, de forma a incluir a neutralização da exposição involuntária das concessionárias de distribuição no mercado de curto prazo decorrente da compra frustrada no leilão de dezembro de 2013, estendendo a cobertura do repasse para a competência de janeiro de 2014.

#### (e) Repasse Conta - ACR

O Decreto nº 8.221/2014, de 1º de abril de 2014, regulamentada pela Resolução Normativa ANEEL nº 612/2014, de 16 de abril de 2014, estabeleceu a criação da Conta no Ambiente de Contratação Regulada-Conta -ACR, que tem como finalidade cobrir total ou parcialmente, as despesas incorridas pelas concessionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica do período de fevereiro a dezembro de 2014, em decorrência da exposição involuntária no mercado de curto prazo, e despacho de usinas termelétricas vinculadas a contratos de comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR.

#### (f) Crédito PIS/COFINS

A Companhia utiliza os créditos das contribuições do PIS e da COFINS e que são tomados em de acordo com o Artigo 3º das Leis 10.637/2002, que dispõem sobre Programa de Integração Social - PIS, e 10.833/2003 da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS pelo regime não cumulativo e cumulativo.

Os débitos são apurados com base na receita operacional e contabilizados como dedução de receita pelo regime de competência e segundo a legislação em vigor do regime não cumulativo e cumulativo as alíquotas utilizadas são de 1,65% e 7,6% e ainda 0,65% e 3,00%, respectivamente.

A Companhia, quando da determinação das bases de cálculo das contribuições ao PIS e a COFINS considera, também, o que determina o Artigo 7º e parágrafo Único da Lei 12.873/13.

#### **Variações:**

- Preço de compra da energia do 12º leilão de energia existente (A1) de dezembro de 2013, onde a Companhia foi atendida com 57,7 MW médios, com suprimento a partir de janeiro de 2014. O preço previsto na tarifa pela ANEEL foi de R\$ 113,00. O preço médio negociado no leilão foi de R\$ 166,00;
- Aumento do despacho térmico (receita variável das térmicas) devido ao baixo nível dos reservatórios;
- Preço de compra de energia do 13º leilão de energia existentes (A) de abril de 2014, onde a Companhia foi atendida com 43,33 MH médios. O preço previsto na tarifa pela ANEEL foi de R\$ 113,00. O preço médio negociado no leilão foi de R\$ 268,33.
- Os custos com a compra de energia foi capturada no reajuste tarifário em agosto de 2014 (correspondente a 10,25% da CVA homologada);
- Para o período de maio a dezembro de 2014 foi constituída uma previsão de CVA de energia no valor de R\$ 108.373.
- Neste exercício de 2014 a Companhia ficou sobrecontratada em 101,5% em relação ao consumo necessário para atender ao seu mercado anual, portanto dentro do limite regulatório de até 105%.

ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir, demonstramos o montante de energia elétrica comercializada pela Companhia.

	<b>MWh (não auditado)</b>	
	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Modalidade quantidade	1.881.294	1.843.481
Modalidade disponibilidade	1.144.440	687.723
Cotas	1.440.789	1.447.713
Angra I e II	127.981	124.500
Proinfa	78.654	78.002
Mercado de curto prazo	70.855	351.267
	<b>4.744.013</b>	<b>4.532.686</b>

**(2) Encargos de uso do sistema de distribuição**

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Partes relacionadas	(18.212)	(13.172)
Encargo Serviço do Sistema- ESS	(20.537)	(36.480)
ESS - Acronômicos	27.538	-
(-) Reembolso CDE	-	39.590
(-) Reembolso conta ACR	(30.397)	-
(-) Crédito PIS/COFINS	2.939	2.179
Terceiros	(19.089)	(13.581)
	<b>(57.758)</b>	<b>(21.464)</b>

O aumento no valor pago de encargos do uso do sistema de transmissão ocorreu com a elevação de 70% aprovado pela ANEEL através da Resolução Homologatória nº 1.758 de 24 de junho de 2014, nas tarifas de rede básica.

A redução do Encargo de Serviço do Sistema – ESS está ligado a alteração no cálculo do Preço das Liquidações das Diferenças – PLD. A partir de 2014 foi incluído no preço do PLD a aversão do risco, cujo valor anteriormente era coberto pelo ESS.

ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**31. CUSTO DE OPERAÇÃO, CUSTO DE CONSTRUÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS**

DESCRIÇÃO		2014			Total
		Custo de operação	Custo de construção	Despesas operacionais	
Pessoal	(a)	(97.084)		(47.721)	(144.805)
Administradores				(468)	(468)
Material		(1.260)		(275)	(1.535)
Serviço de terceiros	(b)	(32.846)		(47.468)	(80.314)
Custo de construção			(93.192)		(93.192)
Taxa de fiscalização				(1.869)	(1.869)
Depreciação e amortização		(26.919)		(2.396)	(29.315)
Arrendamentos e alugueis		(3.976)		(689)	(4.665)
Seguros				(422)	(422)
Tributos		(1.690)		(401)	(2.091)
Doações		(18)		(124)	(142)
(-) Recuperação de despesas		1.302			1.302
Provisões líquidas	(c)			(25.806)	(25.806)
Perdas de contas incobráveis	(d)			(82.464)	(82.464)
Outros	(e)	(1.769)		(6.463)	(8.232)
<b>Total</b>		<b>(164.260)</b>	<b>(93.192)</b>	<b>(216.566)</b>	<b>(474.018)</b>

DESCRIÇÃO		2013			Total
		Custo de operação	Custo de construção	Despesas operacionais	
Pessoal	(a)	(179.523)		(64.816)	(244.339)
Administradores				(398)	(398)
Material		(1.415)		(401)	(1.816)
Serviço de terceiros	(b)	(34.459)		(40.216)	(74.675)
Custo de construção			(104.440)		(104.440)
Taxa de fiscalização				(2.019)	(2.019)
Depreciação e amortização		(23.897)		(2.462)	(26.359)
Arrendamentos e alugueis		(3.391)		(1.054)	(4.445)
Seguros		(1)		(481)	(482)
Tributos		(1.623)		(327)	(1.950)
Doações		(140)		(7)	(147)
(-) Recuperação de despesas		1.109			1.109
Custos implantação MCPSE		(742)			(742)
Provisões líquidas	(c)			53.451	53.451
Perdas de contas incobráveis	(d)			(95.871)	(95.871)
Outros	(e)	(5.980)		(21.245)	(27.225)
<b>Total</b>		<b>(250.062)</b>	<b>(104.440)</b>	<b>(175.846)</b>	<b>(530.348)</b>

**ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS**

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**a) Pessoal**

Nesta rubrica houve uma redução de 35,36% decorrente principalmente pela saída de 264 funcionários que aderiram ao Plano de Incentivo ao Desligamento- PID no exercício de 2013.

Excluindo o PID a redução foi de 7,18% em várias rubricas: como medidas de redução de horas extras, periculosidade, PLR e outras remunerações e da transferência para investimentos;

**b) Serviço de terceiros**

O aumento nesta rubrica foi decorrente de gastos com manutenção e conservação do sistema operacional da Companhia decorrente da melhoria continua no atendimento dos consumidores, e do crescimento da área atendida, tais como:

- Aumento em serviços de limpeza, roço e poda de redes com novo contratado em 2014;
- Aumento em Administração de postos de atendimentos com o aumento de 13 postos e reajuste contratual;
- Aumento em leitura e entrega de contas decorrentes de reajuste de contrato, de novo contrato com cobertura de GPS, fotografia e vistoria;
- Aumento em manutenção e proc. software – novos contratos a partir de 2014 para manutenção de sistema, implantação da nova plataforma do SGD e manutenção e suporte dos produtos Oracle; e
- Aumento em agentes arrecadadores decorrente do reajuste das tarifas bancárias.

**c) Provisões Líquidas**

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Trabalhistas	139	(5.887)
Perdas em estoque		902
Cíveis	(3.481)	13.569
Outros	(11.972)	
Ação CEAL x Codevasf x CHESF	(25.513)	
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	<u>15.021</u>	<u>44.867</u>
	<b><u>(25.806)</u></b>	<b><u>53.451</u></b>

- Trabalhistas- A variação na rubrica de contingências é decorrente de baixas de processos;
- Provisões para crédito de liquidação duvidosa – a partir de maio de 2013 houve a transferência para perdas de faturas até R\$ 30.000,00 vencidas a mais de um ano, com procedimentos judiciais conforme Legislação e entendimento da administração;
- Cíveis – No exercício de 2013 houve a reversão da provisão decorrente da análise das decisões proferidas em sede dos juizados especiais, onde percebeu-se que a média das condenações são consideravelmente inferiores aos pleitos formulados pelos demandantes, que represa a média das decisões proferidas entre os meses de janeiro a agosto. A variação em 2014 refere-se a constituição de novas ações; e
- Ação CEALXCODEVASFXCHESF – ver Nota 12 f.

**d) Perdas para contas incobráveis**

Redução de 13,98% passando de R\$ 95.871 para R\$ 82.464 da rubrica de perdas de contas a receber incobráveis pela baixa de títulos de acordo com os artigos 9º a 12ª, da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de /12/1996, e 340 a 343, do Regulamento do Imposto de Renda/1999, que estabelecem que os valores contabilizados como perdas possam ser considerados dedutíveis em substituição à provisão para créditos de liquidação duvidosa, é decorrente das baixas a partir de maio de 2013 das contas vencidas no valor de R\$ 30.

ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

• **Outros**

O redução de 69,58%, passando de R\$ 21.245 em 2013 para R\$ 6.463 em 2014, é decorrente de dois principais fatores ocorridos em 2013:

- Para implantação do Manual de Controle Patrimonial, conforme Resolução Normativa ANEEL nº 367, de 26 de junho de 2009, foi contratada empresa para execução dos serviços de inventário físico de bens e instalações em serviços, com conciliação dos respectivos registros e saldos contábeis. Os ajustes foram efetuados em março/2013, impactando no resultado em R\$ 16.323.
- Provisão das perdas do ativo financeiro – intangível no valor de R\$ 4.727, referente sobras contábeis da Base de Remuneração Regulatória.

**32. RESULTADO FINANCEIRO**

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Receitas		
Renda de aplicações financeiras	1.852	1.705
Variação monetária - parcelamento	10.426	7.961
Variação monetária - depósito judicial	338	387
Variação monetária - conta de energia	7.524	6.667
Variação monetária - outras	1.879	304
Acréscimo moratórios conta de energia	32.327	26.465
Ação CEAL x CHESF x CODEVASF	18.143	
Juros sobre parcelamentos	10.164	14.903
Outras	632	49
	<b>83.285</b>	<b>58.441</b>
Despesas		
Encargos de dívidas (líq. transferências p/intangível e financeiro)	(81.514)	(43.933)
Variação monetária - fornecedores	(1.209)	(2.396)
Variação monetária - financiamentos e empréstimos	(1.065)	(39)
Variação monetária - taxa de câmbio	(195)	(189)
Variação monetária - AFAC	(609)	(10.228)
Variação monetária - PEE e P&D	(1.236)	(448)
Variação monetária - energia livre	(277)	(218)
Variação monetária - FACEAL	(675)	(1.019)
Variação monetária - CVA	(26)	
Variação monetária - outros	542	(664)
Juros ICMS baixa renda		(1.430)
Juros e taxa de administração - FACEAL	(781)	(865)
Outras despesas financeiras - multas ANEEL/ARSAL	(1.144)	(3.636)
Outras despesas financeiras - devolução aos consumidores	(7.388)	(5.296)
Outras despesas financeiras - IOF	(13.011)	(5.495)
Outras despesas financeiras - multas moratórias	(34.587)	(653)
Ação CEAL x CHESF x CODEVASF	(18.143)	
Outras	(3.330)	(7.662)
	<b>(164.648)</b>	<b>(84.171)</b>
	<b>(81.363)</b>	<b>(25.730)</b>

## ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O resultado financeiro apresentou um acréscimo de 238,26%, cujas variações seguem abaixo:

- a) Aumento das despesas financeiras em 102,35% decorrente de:
- Inadimplência junto ao CCEE gerando encargos e penalidades;
  - Inadimplência do serviço da dívida da Eletrobras com captação de financiamentos para liquidação;
  - Inadimplência com as geradoras de energia, gerando multas e juros;
  - Pela repactuação da dívida da Eletrobras elevando os encargos de dívidas;
  - Inadimplência dos tributos estaduais e federais.
  - Ajuste saldo parcelamento PAEX e Ordinário.
- b) Aumento das receitas financeiras em 42.51% decorrente de:
- Aumento da variação monetária e juros sobre parcelamentos e pelo acréscimo moratórios sobre conta de energia em atraso.

### 33. IMPOSTO DE RENDA

Constituição do Ativo Fiscal para utilização de créditos decorrentes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, para quitação antecipada dos débitos parcelados, conforme Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 15, de 22 de agosto de 2014, que regulamentou o artigo 33 da Medida Provisória nº 651, de 9 de julho de 2014;

### 34. PREJUÍZO POR AÇÃO

#### a) Básico

O prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	<b>2013</b>		
	<b>Ordinárias</b>	<b>Preferenciais</b>	<b>Total</b>
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(134.601)	(2.548)	(137.149)
Média ponderada da quantidade de ações básicas	714.156	12.291	726.447
10% a mais para dividendos	-	1.229	1.229
Prejuízo básico por ação	<u>(0,19)</u>	<u>(0,21)</u>	<u>(0,19)</u>

  

	<b>2014</b>		
	<b>Ordinárias</b>	<b>Preferenciais</b>	<b>Total</b>
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(93.582)	(1.772)	(95.354)
Média ponderada da quantidade de ações básicas	714.156	12.291	726.447
10% a mais para dividendos	-	1.229	1.229
Prejuízo básico por ação	<u>(0,13)</u>	<u>(0,14)</u>	<u>(0,13)</u>

#### b) Diluído

O prejuízo diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A Companhia tem apenas uma categoria de ações ordinárias potenciais diluídas: AFAC. De acordo com o cálculo efetuado pela Administração, as ações potenciais são antidiluidoras, pois sua conversão em ações ordinárias e preferenciais diminui o prejuízo por ação, portanto, o prejuízo por ação diluído é igual ao prejuízo por ação básico apresentado acima.

**ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS**

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<b>2013</b>		
	<b>Ordinárias</b>	<b>Preferencias</b>	<b>Total</b>
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(134.601)	(2.548)	(137.149)
Média ponderada da quantidade de ações básicas	714.156	12.291	726.447
Média ponderada da quantidade de ações diluidoras	500.564	8.615	509.179
10% a mais para dividendos	-	2.091	2.091
Prejuízo básico por ação	<u>(0,11)</u>	<u>(0,12)</u>	<u>(0,11)</u>
	<b>2014</b>		
	<b>Ordinárias</b>	<b>Preferencias</b>	<b>Total</b>
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(93.582)	(1.772)	(95.354)
Média ponderada da quantidade de ações básicas	714.156	12.291	726.447
Média ponderada da quantidade de ações diluidoras	718.239	12.361	730.600
10% a mais para dividendos	-	2.465	2.465
Prejuízo básico por ação	<u>(0,07)</u>	<u>(0,07)</u>	<u>(0,07)</u>

**35. PLANO NACIONAL DE UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO E USO DE ENERGIA ELÉTRICA (não auditado)**

A Resolução ANEEL nº 223, de 29.04.2003, alterada pela Resolução nº 52, de 25.03.2004, estabeleceu as condições gerais para elaboração dos Planos de Universalização de Energia Elétrica, visando ao atendimento de novas unidades consumidoras, ou aumento de carga, regulamentando o disposto nos artigos 14 e 15 da Lei nº 10.438, de 26.04.2002, e fixou as responsabilidades das concessionárias e permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica.

A Lei nº 10.762, de 11.11.2003, alterou a prioridade de atendimento aos municípios, dando ênfase aos com menor índice de eletrificação e limitou esse atendimento a apenas novas unidades, ligadas em baixa tensão (inferior a 2,3 kV), com carga instalada de até 50 kW.

Em 2 de abril de 2013, a ANEEL reconsiderou seu despacho anterior de 2012 que decretava o meio rural do Estado de Alagoas como universalizado, logo a empresa ficou apta a apresentar uma nova proposta para universalização, conforme critérios definidos na Resolução Normativa nº 563, de 9 de julho de 2013.

**a) Programa Luz para Todos**

O Decreto Presidencial nº 4.873, de 11.11.2003, instituiu o Programa Luz para Todos, destinado a propiciar, até o ano de 2008, o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural brasileiro que ainda não tem acesso a esse serviço público.

Com a publicação do Decreto nº 7.324, de 05 de outubro de 2010, o Programa Luz para Todos foi estendido até dezembro de 2011 para que os contratos de financiamento firmados e que estivessem em tramitação fossem concluídos. Posteriormente, através dos Decretos nºs 7.520 e 7.656, de 08 de julho de 2011 e 23 de dezembro de 2011, respectivamente, o programa foi estendido até 2014.

Em 2013, foram eletrificados 2.008 domicílios rurais, beneficiando uma população estimada em 10.040 pessoas, totalizando 92.881 ligações desde o início do Programa em 2004 – produzindo um total de 464.405 pessoas beneficiadas. As ligações realizadas em 2013 estão distribuídas em 238 obras de eletrificação rural, em todas as regiões do estado de Alagoas – a um custo aproximado de 9,8 milhões de reais.

Conforme Resolução Normativa nº 563, de 9 de julho de 2013, a Companhia encaminhou para a ANEEL uma nova proposta de revisão para o seu plano de universalização, para a área rural, em cumprimento ao art. 6º dessa Resolução, contendo 15.629 domicílios sem energia elétrica já identificados.

## ELETOBRAS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia assinou um novo Termo de Compromisso junto ao MME, ANEEL e Eletrobras, o qual determina as metas de ligações previstas para Alagoas em 2014 – 10.479 domicílios para eletrificar.

Os recursos necessários para a execução das obras é oriundo de recursos obtidos através de financiamento junto a Eletrobras e recursos próprios. Em dezembro de 2014 foi assinado um contrato de financiamento junto a Eletrobras e está tramitando junto a Caixa Econômica Federal a assinatura de um contrato de financiamento visando garantir parte dos recursos que anteriormente eram subsidiados pelo RGR. Está em processo a licitação para contratação de empresas para execução das obras necessárias a ligação dos domicílios. A expectativa é que as obras sejam iniciadas a partir do segundo semestre de 2015.

O Programa também contempla investimentos na rede de distribuição da empresa, aumentando a capacidade das linhas relacionadas às obras do Programa. Assim, em 2013 foram reformados/construídos 30,20 km de linhas de distribuição (Reforço de Rede), bem como, instalados 03 unidades de reguladores de tensão do tipo monofásico 15,0kV 276kVA. Destacando em 2013, a construção do alimentador Porto Calvo/Porto de Pedras com 26,05 km de linha distribuição.

Essas obras de reforço de rede geram vários benefícios para os consumidores, tanto os atendidos pelo Programa como os já existentes. Podemos citar como benefícios a melhoria da qualidade do fornecimento e confiabilidade do sistema, contribuindo para a redução das perdas no sistema elétrico da Companhia.

### 36. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Encontram-se registrados, na Parte "B" do Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR, prejuízos fiscais, sem prazos de prescrição, compensáveis com lucros a serem auferidos futuramente, conforme legislação vigente.

A Companhia tem, ao longo dos anos, apurados valores decorrentes da base de cálculo negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. No quadro abaixo está demonstrado a posição desses créditos, sendo que a Companhia não está reconhecendo o ativo referente atais créditos fiscais em função do histórico de prejuízo:

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Prejuízos fiscais	746.565	568.864
Base negativa de contribuição social	787.920	610.221
	<b>1.534.485</b>	<b>1.179.085</b>

### 37. SEGUROS

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas seguindo a política de gerenciamento de seguros definida pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações.

A Companhia mantém a cobertura de seguros para riscos nomeados, veículos e seguro de vida, levando em conta o grau de risco para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidades, conforme estabelecidas pelas Leis nº 8.666/93, nº 8.987/95 e nº 10.520/02, Decreto nº 5.450/05 e demais legislações aplicáveis.

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros contratados pela Companhia está demonstrada a seguir:



## ELETOBRAS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

<b>Riscos</b>	<b>Vigência</b>	<b>Importância segurada</b>	<b>Prêmio</b>
Riscos nomeados - subestações	3/4/2014 a 03/04/2015	51.715	360
Riscos nomeados - imóveis próprios e locado	3/4/2014 a 03/04/2015	36.851	38
Veículos	01/11/2014 a 01/11/2015	100% da tabela FIPE	17
Seguro de vida	01/06/2014 a 01/06/2015		Variável
			<b>415</b>

- a) Riscos nomeados** - seguro com a Tóquio Marine Seguradora S/A. A cobertura securitária de bens abrangem na Apólice 05 96 000632, imóveis próprios, locados e almoxarifados com suas respectivas edificações, equipamentos e mercadorias. Na Apólice 05 96 000631, estão cobertos edificações e os principais equipamentos das subestações com seus respectivos valores segurados e Limites Máximos de Indenizações (LMI). A cobertura abrange avarias, perdas e danos materiais de origem súbita, imprevista e acidental a equipamentos, maquinismos, ferramentas, móveis e utensílios, e demais instalações que constituem o estabelecimento segurado (prédios e subestações), provocados por roubo e furto, incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza, vendaval, cobertura de equipamentos eletrônicos, cobertura adicional de danos elétricos, além de cobertura para inclusões/exclusões de bens/locais e alterações de valores em risco (aumento/redução/transfêrências) automaticamente amparados pelo seguro com um Valor em risco máximo de R\$ 5.000;
- b) Veículos** - seguro com Porto Seguro Cia de Seguros Gerais para cobertura da frota própria: danos materiais, danos corporais, morte, invalidez permanente, perdas e danos materiais de origem súbita, com assistência 24 horas e garantias aos vidros, para todos veículos de frota própria, além da cobertura de casco (100% da Tabela FIPE) para os veículos de frota própria de grande porte;
- c) Seguro de vida** - seguro contratado com a Sul América Seguros, para funcionários, com o limite máximo de indenização (LMI) de 30 vezes o salário base limitado a um a salário de R\$ 3.234,94 com asseguintes coberturas: morte qualquer causa, indenização especial por morte acidental (I.E.A); invalidez permanente ou parcial por acidente (I.P.A); invalidez funcional permanente total por doença e garantia de inclusão de cônjuges com 50% da cobertura básica.

### 38. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia efetuou operações comerciais com partes relacionadas, como compra de energia elétrica, operações de empréstimos e financiamentos, pessoal cedido e encargos de uso da rede de distribuição, pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos, natureza e condições das transações estão demonstrados a seguir:

**ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS**
**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<b>31.12.2014</b>	<b>31.12.2013</b>	<b>31.12.2014</b>	<b>31.12.2013</b>
	<b>Ativo (Passivo)</b>	<b>Ativo (Passivo)</b>	<b>Receitas (Despesas)</b>	<b>Receitas (Despesas)</b>
<b>ELETROBRAS</b>				
Emprést. e financiamentos - encargos	(940.900)	(603.756)	(81.991)	(42.440)
Adiantamento para futuro aumento de capital	(8.307)	(7.698)	(609)	(10.228)
Suprimento de energia	-	-	(19.983)	(16.391)
Pessoal cedido a empresa	-	74	-	-
Pessoal cedido a CEAL	-	(114)	(311)	(1.235)
	<u>(949.207)</u>	<u>(611.494)</u>	<u>(102.894)</u>	<u>(70.294)</u>
<b>CHESF</b>				
Contrato de cotas de garantia física	(2.453)	(2.061)	(27.703)	(27.713)
Encargos de uso do sistema	(1.548)	(1.078)	(12.887)	(10.276)
Convênio CEAL X CODEVASF X CHESF	(25.513)	-	(25.513)	-
Pessoal cedido a empresa	389	96	-	-
Pessoal cedido a CEAL	-	-	(556)	(347)
	<u>(29.125)</u>	<u>(3.043)</u>	<u>(66.659)</u>	<u>(38.336)</u>
<b>FURNAS</b>				
Contrato de cotas de garantia física	(1.098)	(910)	(12.000)	(12.060)
Suprimento de energia e uso da rede	(12.335)	(15.675)	(63.118)	(57.961)
Encargos de uso do sistema	(246)	(132)	(1.870)	(1.170)
	<u>(13.679)</u>	<u>(16.717)</u>	<u>(76.988)</u>	<u>(71.191)</u>
<b>ELETROBRAS ELETRONUCLEAR</b>				
Suprimento de energia	(1.582)	(1.584)	(19.099)	(17.502)
<b>CELG</b>	-	-	-	-
<b>CGTEE</b>				
Suprimento de energia	(382)	(515)	(2.344)	(3.764)
<b>ELETRONORTE</b>				
Suprimento de energia	(11.390)	(5.054)	(72.227)	(43.261)
Encargos de uso do sistema	(212)	(56)	(1.540)	(507)
	<u>(11.602)</u>	<u>(5.110)</u>	<u>(73.767)</u>	<u>(43.768)</u>
<b>ELETROSUL</b>				
Suprimento de energia	(137)	(123)	(1.115)	(1.121)
Encargos de uso do sistema	(231)	(137)	(1.869)	(1.194)
Pessoal cedido a empresa	-	-	-	-
	<u>(368)</u>	<u>(260)</u>	<u>(2.984)</u>	<u>(2.315)</u>
<b>AMAZONAS ENERGIA</b>				
Rateio de software	(112)	(453)	(422)	(463)
Pessoal cedido a empresa	(21)	-	(398)	(325)
	<u>(133)</u>	<u>(453)</u>	<u>(820)</u>	<u>(788)</u>
<b>BOA VISTA ENERGIA</b>				
Pessoal cedido a empresa	-	(21)	(213)	(231)
		<u>(21)</u>	<u>(213)</u>	<u>(231)</u>
<b>DISTRIBUIÇÃO PIAUÍ</b>				
Pessoal cedido à ED PIAUÍ	240	228	-	-
	<u>240</u>	<u>228</u>		
<b>CENTRAIS ELÉTRICA RONDONIA</b>				
Cota parte LPT	-	(66)	-	-
		<u>(66)</u>		
<b>FACEAL</b>				
Dívida consolidada	(6.169)	(14.863)	(2.001)	(3.265)
Benefício pós emprego	(7.977)	(10.806)	(1.368)	(1.530)
Outros	(1.667)	(1.662)	(5.258)	(5.813)
	<u>(15.813)</u>	<u>(27.331)</u>	<u>(8.627)</u>	<u>(10.608)</u>
	<u>(1.021.651)</u>	<u>(666.366)</u>	<u>(354.395)</u>	<u>(258.797)</u>

**ELETOBRAS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS**

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os principais negócios entre as partes relacionadas são:

**a) Contrato de conexão do sistema de transmissão (CUST)**

CHESF– Contrato nº 090/2002, de 31.12.2002 – Termo aditivo nº 12 de 11.01.2013, com vigência até a extinção da concessão, corrigido anualmente pela regulamentação da ANEEL.

**b) Contrato de conexão do sistema de transmissão (CCT)**

Contratos com a Chesf, com vigência a partir da assinatura, permanecendo até a extinção da concessão da distribuidora ou da transmissora, o que ocorrer primeiro, referente às subestações de Maceió CHESF, Angelim, Penedo, Rio Largo, Xingo, Zebú, Abaixadora, Angelim, Moxotó, Zumbi, Arapiraca III-ART, Zebu II e ZBD, Maceió II.

**c) Contratação no Ambiente Regulado (CCEAR), promovidos e regulamentados pela ANEEL**

Contratos com Eletronorte, Furnas, CGTEE, Eletrosul, CELG e Eletronuclear para os períodos de 2007 a 2015.

**d) Regime de cotas de garantia física – Aquisição de energia por quotas conforme Lei 12.783, de 11 de janeiro de 2013, das empresas do sistema: FURNAS eCHESF.**

**e) Poder público Federal - União**

ATIVO	2014		2013	
	Órgãos Federais	TOTAL	Órgãos Federais	TOTAL
Consumidores e revendedores	3.619	3.619	2.863	2.863
<b>Total</b>	<b>3.619</b>	<b>3.619</b>	<b>2.863</b>	<b>2.863</b>

RESULTADO	2014		2013	
	Órgãos Federais	TOTAL	Órgãos Federais	TOTAL
Outras receitas	15.795	15.795	13.231	13.231
<b>Total</b>	<b>15.795</b>	<b>15.795</b>	<b>13.231</b>	<b>13.231</b>

**39. REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ADMINISTRADORES**

A remuneração referente a salários e encargos pago ou a pagar aos conselheiros e Diretor Presidente está demonstrada a seguir:

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Honorários	468	398
Encargos sociais	94	80
	<b>562</b>	<b>478</b>

**ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS**

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**40. TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAL (Não auditado)**

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Empregados treinados (nº)	2.740	3.696
Homem hora treinados (h)	21.328	28.687
Média hora de treinamentos (h)	2,84	1,16
Índice de empregados treinados (%)	246,18	318,89
Força de trabalho treinada (%)	202,36	273,37
Investimento total (R\$ mil)	497	749
Valor médio investido por empregado (R\$)	181,42	202,68

**41. LEILÃO DE ENERGIA**

Durante o ano de 2014, a Companhia participou de quatro leilões para compra de energia elétrica. No dia 25 de abril foi realizado o 13º Leilão de energia (A), onde foram comercializados 43,335 MW médios com início do suprimento para maio de 2014. Em junho foi realizado o 16º leilão de energia nova (A-3) para início de suprimento em 2017, no qual foram comercializados 5,633 MW médios. No mês de setembro, ocorreu o 20º leilão de energia nova (A-5) com início de suprimento em 2019, onde foram contratados 18,779 MW médios. No dia 5 de dezembro, ocorreu a realização do 14º leilão de energia (A-1) de empreendimentos existentes, onde foram contratados 30,174 MW médios com início de suprimento a partir de 2015.

	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>Após 2019</b>
Contrato de Compra e Venda de Energia - CCEAR						
Valores em MWH ( <b>não auditado</b> )	5.049.171	5.701.359	5.766.446	6.187.647	6.352.154	6.352.154
Tarifa média de compra 2013/17 - R\$	122,80	122,83	130,61	137,85	140,82	140,82
Valores	620.043	700.321	753.132	852.984	894.483	894.483

**42. QUESTÕES AMBIENTAIS (informação não auditada)**

A Companhia executa as atividades de acordo com os princípios estabelecidos pela política nacional, estadual e municipal de meio ambiente, cumprindo a legislação ambiental e complementando-a com normas internas, buscando a integração com outros setores ou instituições, visando elaborar planos e ações socioambientais em projetos de energia que contribuíssem para a sustentabilidade, cujas ações em 2014 destacam-se:

- Obtenção de 13 (treze) Licenças Ambientais, sendo: 04 (quatro) Licenças Prévias, 08 (oito) Licença de Instalação, 01 (uma) Licença de Operação, 07 (sete) autorizações de ampliação de subestações em todo o Estado, contribuindo significativamente para atender a demanda de energia do mercado;
- Contratação de empresa especializada em elaboração de RAS – Relatório Ambiental Simplificado atendendo à Resolução CONAMA 279 de 2001;
- Contratação de empresa especializada em serviços arqueológicos, em atendimento à Constituição Federal, as Leis nº 3.924/1961 e 9.605/1998, às Portarias IPHAN nº 0017/1988 e 230/2002, e às Resoluções CONAMA nº 001/1986 e nº 237/1997.

ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**43. COMPROMISSOS OPERACIONAIS**

- a) Os compromissos de longo prazo da Companhia, relacionados a contratos de compra de energia elétrica são:

Gerador de energia		Empresa do Grupo Eletrobras	Outras
2016	Volume MW	3.420.815	2.280.544
	Preço MWh	122,83	122,83
	Total	420.193	280.128
Gerador de energia		Empresa do Grupo Eletrobras	Outras
2017	Volume MW	3.459.868	2.306.578
	Preço MWh	130,61	130,61
	Total	451.879	301.253
Gerador de energia		Empresa do Grupo Eletrobras	Outras
2018	Volume MW	3.712.588	2.475.059
	Preço MWh	137,85	140,82
	Total	511.790	341.194
Gerador de energia		Empresa do Grupo Eletrobras	Outras
2019	Volume MW	3.811.292	2.540.862
	Preço MWh	140,82	140,82
	Total	530.690	357.793
Gerador de energia		Empresa do Grupo Eletrobras	Outras
2019	Volume MW	3.811.292	2.540.862
	Preço MWh	140,82	140,82
	Total	536.690	357.793
Gerador de energia		Empresa do Grupo Eletrobras	Outras
2019	Volume MW	3.811.292	2.540.862
	Preço MWh	140,82	140,82
	Total	536.690	357.793

- b) Compromisso de investimento para o exercício de 2015

Compromissos com origem de recursos vinculadas a financiamentos e geração de caixa, conforme artigo 196 da Lei nº 6.404/1976:

	<b>2015</b>
Ampliação da sistema	28.843
Manutenção do sistema	24.108
Adequação comercial	62.507
Programa Luz para Todos	16.199
Infraestrutura	22.284
	<b>153.941</b>

**44. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS**

**ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS**

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**44.1 – GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO**

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de taxa de juros.

**Risco de crédito**

A política da Companhia considera o risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios, bem como no acompanhamento dos prazos concedidos. São procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber de clientes.

A Companhia não realiza análise de crédito previamente ao início do fornecimento de energia, pois como distribuidora de energia elétrica, é regida por contrato de concessão, bem como pela regulamentação do setor elétrico e obrigada a fornecer energia a todos os clientes localizados na sua área de concessão.

Para recuperação da inadimplência a Companhia atua por meio de:

- i. Programas de renegociação dos débitos pendentes;
- ii. Negativação de clientes em empresas de proteção ao crédito;
- iii. Suspensão do fornecimento de energia elétrica, em conformidade com a regulamentação vigente;
- iv. Contratação de empresa especializada na cobrança de contas em atraso e
- v. Cobrança judicial.

**Risco de liquidez**

É o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descompasso de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Diretoria financeira.

Os eventuais saldos de caixa auferidos pela Companhia, além dos programados para administração do capital circulante, são transferidos para contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos dentro das limitações legais que requer a concessão, com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Abaixo, posição da conta de fornecedores, encargos setoriais e financiamentos e empréstimos:

	<b>Menos de 1 ano</b>	<b>Entre 1 e 2 anos</b>	<b>Acima de 5 anos</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>			
Financiamentos e empréstimos	6.384	-	1.263
Fornecedores	175.962	-	-
Obrigações de ressarcimento	63.843	-	-
Obrigações estimadas	7.808	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	8.307	-	-
	<b>262.304</b>	<b>-</b>	<b>1.263</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2013</b>			
Financiamentos e empréstimos	10.822	5.950	1.114
Fornecedores	147.547	-	-
Obrigações de ressarcimento	50.752	-	-
Obrigações estimadas	13.650	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	7.698	-	-
	<b>230.469</b>	<b>5.950</b>	<b>1.114</b>

**ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS****NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As Obrigações de ressarcimento e Adiantamento para futuro aumento de capital são corrigidos mensalmente pela taxa SELIC.

**Risco de taxa de juros**

O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

Esse risco é mitigado pelo fato da Companhia concentrar a captação de seus empréstimos com a Eletrobrás, a juros fixos, conforme divulgado na Nota 8.

**44.2 – GESTÃO DE CAPITAL**

Os objetivos da Companhia ao administrar sua estrutura de capital, são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e qualidade nas obrigações previstas no contrato de concessão, além de manter o equilíbrio necessário para a redução dos seus custos.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial). Subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 podem ser assim sumariados:

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Financiamentos e empréstimos	(958.332)	(629.755)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	9.619	25.646
<b>Dívida líquida</b>	<b>(948.713)</b>	<b>(604.109)</b>
Total do patrimônio líquido	11.075	21.400
<b>Total do Capital</b>	<b>(937.638)</b>	<b>(582.709)</b>

ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Instrumentos financeiros por categoria**

<b>Ativo financeiro (Circulante/não circulante)</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
<b>Empréstimos e recebíveis</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	9.619	25.646
Clientes	476.873	402.582
Direito de ressarcimento	40.561	6.730
<b>Disponível para venda</b>		
Ativo financeiro - concessões de serviço público	669.733	587.852
Ativo financeiro - Ativos regulatórios	111.736	
<b>Valor justo por meio do resultado</b>		
Aplicações financeiras	15	10.829
	<b>1.308.537</b>	<b>1.033.639</b>
<b>Passivo financeiro (Circulante/não circulante)</b>		
<b>Mensurados ao custo amortizado</b>		
Financiamentos e empréstimos	958.332	629.755
Obrigações de ressarcimento	63.843	50.752
Fornecedores	175.962	147.547
	<b>1.198.137</b>	<b>828.054</b>

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos (especulativos ou não especulativos).

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, dentre os quais se destacam: disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes, ativo financeiro indenizável (concessão), contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos que se encontram registrados em contas patrimoniais, por valores compatíveis de mercado em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, conforme segue:

1.1- Ativos financeiros – estão classificados nos seguintes grupos:

a) Caixa e equivalentes de caixa – mantidos para a negociação a curto prazo e mensurados pelo valor justo, sendo os seus efeitos reconhecidos diretamente no resultado;

b) Clientes – são registrados pelo seu valor nominal, similar aos valores justos e prováveis de realização. Os créditos renegociados são registrados assumindo a intenção de mantê-los até o vencimento, pelos seus valores prováveis de realização, similares aos valores justos;

c) Ativos financeiros da concessão – são ativos financeiros que representam o direito incondicional de Receber uma determinada quantia ao final do prazo da concessão.

1.2- Passivos financeiros – estão classificados nos seguintes grupos:

a) Fornecedores – são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo;



**ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS**

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Financiamentos e empréstimos – são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Nessa classificação de passivo financeiro destacam-se os empréstimos e financiamentos obtidos junto as instituições financeiras, e aos fundos setoriais, em especial a Reserva Global de Reversão – RGR. Os valores de mercado dos empréstimos e financiamentos obtidos são similares aos seus valores contábeis, fazendo que seja próximo ao seu valor presente.

A Companhia finalizou o exercício de 2014 com contratos passivos, entre empréstimos e financiamentos, que totalizam R\$ 958.332 (R\$ 629.755 em 31 de dezembro de 2013), conforme demonstrado a seguir:

	2014			2013		
	Variação no período (%)	Valor	Part. (%)	Variação no período (%)	Valor	Part. (%)
Moeda nacional						
INPC	5,57	6.169	0,64	5,56	14.864	2,36
FINEL	0,73	3.140	0,33	1,08	3.947	0,63
RGR		147.295	15,37		189.919	30,16
SELIC/RO	17,68	790.465	82,48	38,66	409.889	65,09
Outros		10.000	1,04		10.000	1,59
		<u>957.069</u>	<u>99,87</u>		<u>628.619</u>	<u>99,82</u>
Moeda estrangeira						
Dólar	13,39	1.263	0,13		1.136	0,18
		<u>958.332</u>	<u>100,00</u>		<u>629.755</u>	<u>100,00</u>

d) Demais passivos financeiros – são mensurados pelo custo amortizado, e seus valores justos são similares aos seus valores contábeis.

**44.3– ESTIMATIVA DO VALOR JUSTO**

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a PCLD, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado, mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

<b>Ativo financeiro (Circulante/não circulante)</b>	<b>2014</b>	
	<b>Nível 1</b>	<b>Nível 3</b>
<b>Disponível para venda</b>		
Ativo financeiro - concessões de serviço público		669.733
Ativo financeiro - Ativos regulatórios		111.736
<b>Valor justo por meio do resultado</b>		
Aplicações financeiras	15	
	<b>15</b>	<b>781.469</b>
<b>Ativo financeiro (Circulante/não circulante)</b>	<b>2013</b>	
	<b>Nível 1</b>	<b>Nível 3</b>
<b>Disponível para venda</b>		
Ativo financeiro - concessões de serviço público		587.852
<b>Valor justo por meio do resultado</b>		
Aplicações financeiras	15	
	<b>15</b>	<b>587.852</b>

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração.

Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

**44.4- ANÁLISE DE SENSIBILIDADE:**

A Companhia analisou os seus instrumentos financeiros ativos e passivo para identificar os instrumentos que possuem riscos significativos. Onde dos instrumentos financeiros identificados foram avaliados conforme abaixo:

Aplicações financeiras – As aplicações financeiras que a Companhia possui são aplicações de liquidez imediata de baixo risco, não representando risco significativo para a Companhia, assim com base no CPC 40.42, não foram realizadas análises de sensibilidade.

Financiamentos e Empréstimos financiados pelo Fundo RGR – A Companhia não submeteu à análise de sensibilidade para o montante constante na nota 20, correspondentes aos financiamentos custeados pelo Fundo RGR, tendo em vista que as taxas inerentes à atualização dos mesmos são fixas, não sendo portanto, influenciadas por risco de variação cambial e oscilação de taxas de inflação oficiais, se enquadrando no que diz o CPC 40.41 para itens que não forem representativos do risco.

ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Empréstimos e Financiamentos indexados por SELIC, IPCA e CDI – A Companhia realizou a análise de sensibilidade no montante devido no final do período, com base no indicador esperado para o ano de 2015, submetendo-os a uma variação de alta de 25% e 50%, o que apresenta abaixo qual seria este impacto no montante em 31 de dezembro de 2014 se tal alta ocorresse:

	Valor 31/12/2014	Provável 2015 (% a.a)	Índice (%)		Valor	
			Cenário I (+ 25%)	Cenário I (+50%)	Cenário I (+ 25%)	Cenário I (+50%)
Instrumentos Financeiros						
Financiamento e empréstimos						
INPC	6.169	7,68	9,60	11,52	6.761	6.880
FINEL	3.140	0,73	0,91	1,10	3.169	3.174
SELIC/RO	790.465	12,55	15,69	18,83	914.469	939.270
DÓLAR	1.263	2,83	3,54	4,25	1.308	1.317
	<u>801.037</u>				<u>925.707</u>	<u>950.641</u>

**44.4- QUALIDADE DOS CRÉDITOS DOS ATIVOS FINANCEIROS**

Recebíveis por grupo	2014	2013
<b>Grupo I</b>		
Residencial	99.376	65.263
Serviço público	6.864	5.696
	<u>106.240</u>	<u>70.959</u>
<b>Grupo II</b>		
Industrial	25.130	25.187
Comercial	50.603	41.138
Poder público	25.055	20.738
Rural	12.013	12.483
Iluminação pública	5.897	7.391
	<u>118.698</u>	<u>106.937</u>
<b>Grupo III</b>		
Fornecimento não faturado	23.392	18.168
Acréscimo moratório	6.375	6.375
	<u>29.767</u>	<u>24.543</u>
<b>Total de recebíveis</b>	<u>254.705</u>	<u>202.439</u>

O total de recebíveis demonstrados acima é representado por faturas de energia elétrica a vencer ou vencidos não incluídos na PCLD, estes foram classificados de acordo com a taxa de inadimplência apurada pela área comercial da Companhia conforme descrito abaixo:

Grupo I – Nível de inadimplência compreendido até 20% do total de recebíveis;

Grupo II - Nível de inadimplência compreendido acima de 20,01% do total de recebíveis; e,

Grupo III – Energia vendida e não faturada em função do calendário de faturamento. Estes são reclassificados nos demais grupos na medida em que são efetuadas leituras periódicas.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

**44.5- Risco de não renovação das concessões**

A Companhia detém a concessão para exploração dos serviços de planejamento, construção e exploração da produção, transformação, transporte, distribuição e comercialização de energia, regulamentadas pela ANEEL com vigência até 2 de julho 2015. A expectativa da Administração é que a concessão seja prorrogada. Caso não seja deferida pelo poder concedente ou mesmo ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia (concessão onerosa), ou estabelecimento de um preço teto, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

**44.6 - Risco quanto à escassez de energia**

O sistema elétrico brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de encargos de sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico - ONS não prevê um novo programa de racionamento.

**45. EVENTOS SUBSEQUENTES****a) Bandeiras Tarifárias**

A partir de 2015, as contas de energia terão uma novidade: o sistema de bandeiras tarifárias. As bandeiras verde, amarela e vermelha indicarão se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade.

A energia elétrica no Brasil é gerada predominantemente por usinas hidrelétricas. Para funcionar, essas usinas dependem das chuvas e do nível de água nos reservatórios. Quando há pouca água armazenada, usinas termelétricas podem ser ligadas com a finalidade de poupar água nos reservatórios das usinas hidrelétricas. Com isso, o custo de geração aumenta, pois essas usinas são movidas a combustíveis como gás natural, carvão, óleo combustível e diesel. Por outro lado, quando há muita água armazenada, as térmicas não precisam ser ligadas e o custo de geração é menor.

As bandeiras tarifárias são uma forma diferente de apresentar um custo que hoje já está na conta de energia, mas geralmente passa despercebido. Atualmente, os custos com compra de energia pelas distribuidoras são incluídos no cálculo de reajuste das tarifas dessas distribuidoras e são repassados aos consumidores um ano depois de ocorridos, quando a tarifa reajustada passa a valer. Com as bandeiras, haverá a sinalização mensal do custo de geração da energia elétrica que será cobrada do consumidor, com acréscimo das bandeiras amarela e vermelha. Essa sinalização dá, ao consumidor, a oportunidade de adaptar seu consumo, se assim desejar.

O sistema possui três bandeiras: verde, amarela e vermelha – as mesmas cores dos semáforos - e indicam o seguinte: Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo; Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 1,50 para cada 100 quilowatt -hora (kWh) consumidos; Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. A tarifa sobre acréscimo de R\$ 3,00 para cada 100 kWh consumidos.

**ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS**

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**c) PROVISÃO PARA CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA**

A partir da competência janeiro de 2015 serão adotados novos critérios para a constituição e contabilização da provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD (Consumidores, Renda Não Faturada e Parcelamentos). O novo normativo foi aprovado pela Resolução de Diretoria Executiva nº 142/2014, de 15 de dezembro de 2014, embasado no disposto na Nota Técnica DF/CD nº 001/2014. As alterações nos procedimentos e nas idades de provisionamento foram definidas a partir de uma análise estatística sobre a performance de recebimento dos créditos relativo à carteira de débitos do ano de 2013, até a referência de arrecadação junho de 2014, por classe de consumo e nível de tensão de fornecimento, em todas as empresas de distribuição do Sistema Eletrobras. Como resultado da análise, foram estabelecidas novas idades e quantitativo de parcelas (proposição unificada) para fins de provisão na PCLD Consumo e PCLD Parcelamento, respectivamente, a saber:

<b>Classe de consumo</b>	<b>Idade de provisionamento PCLD consumo</b>	
	<b>Relevantes (alta tensão)</b>	<b>Não relevantes (baixa tensão)</b>
Residencial	60 dias	90 dias
Industrial	180 dias	180 dias
Comercial	90 dias	150 dias
Rural	90 dias	180 dias
Poder público	150 dias	180 dias
Serviço público	120 dias	180 dias
Iluminação pública	NA	150 dias
Suprimento	60 dias	NA
Consumidor livre	60 dias	NA
PIE	60 dias	NA

<b>PCLD PARCELAMENTO</b>		
<b>Número de parcelas</b>	<b>Provisão ou reversão classes privadas</b>	<b>Provisão ou reversão classes públicas</b>
Até 36 meses	Pagamento efetivo de 5 parcelas	4 parcelas faturas, vencidas e não pagas
De 37 a 60	Pagamento efetivo de 5 parcelas	4 parcelas faturas, vencidas e não pagas
Comercial	Pagamento efetivo de 6 parcelas	6 parcelas faturas, vencidas e não pagas

**ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS**

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para efeitos de análise dos impactos no Resultado, foi simulada a aplicação dos novos critérios de provisionamento na referência Dezembro/2014. A seguir demonstramos um quadro comparativo confrontando as provisões efetivamente contabilizadas (com base na regra vigente até Dezembro/2014) com aquelas simuladas pelos novos critérios (a serem adotados a partir de Janeiro/2015).

<b>PCLD Consumo</b>		
<b>Contabilizado</b>	<b>Simulado novas idades</b>	<b>Impacto no resultado</b>
73.025	79.185	(6.160)

<b>PCLD Parcelamento</b>		
<b>Contabilizado</b>	<b>Simulado novas idades</b>	<b>Impacto no resultado</b>
89.223	66.915	22.308

**d) Revisão Tarifária Extraordinária - RTE**

A metodologia de Revisão Tarifária Extraordinária (RTE) das concessionárias de distribuição de energia foi discutida por meio da audiência pública 7/2015 e levará em consideração três principais componentes financeiros: o orçamento da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) 2015, a devolução do repasse da CDE de 2013 e o recálculo do custo de compra de energia.

Além disso, a revisão levará em conta os leilões de energia existente e de ajuste; a exposição involuntária; o aumento da energia proveniente da usina de Itaipu; o Encargo de Serviço de Sistema (ESS) por segurança energética; os preços dos contratos de comercialização de energia no ambiente regulado e o ingresso de novas cotas de energia hidrelétrica.

A RTE está prevista nos contratos de concessão das distribuidoras e permite que a ANEEL revise as tarifas, a fim de manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, quando da ocorrência de alterações significativas nos custos da distribuidora, como por exemplo modificações de tarifas de compra de energia, encargos setoriais e de uso das redes elétricas.

Em 04 de fevereiro de 2014, a Companhia protocolou correspondência na ANEEL requerendo a realização da Revisão Tarifária Extraordinária.

Em 27 de fevereiro de 2015, através da Resolução Homologatória a ANEEL concedeu o reajuste médio de 4,66% com vigência a partir de 02 de março a 27 de agosto de 2015.

**ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS****NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

**e) Conta -ACR**

A partir de 2015, o custo total das operações de créditos contratadas pela CCEE será amortizado em 24 meses, por meio do recolhimento de contas anuais da CDE paga por todas as concessionárias de distribuição, na proporção de seus mercados cativos, mediante encargo tarifário a ser incluído nas tarifas de energia elétrica.

**Cícero Vladimir de Abreu Cavalcante**  
Diretor-Presidente

**Paulo Roberto dos Santos Silveira**  
Diretor Financeiro

**Luiz Hiroshi Sakamoto  
deOliveira** Diretor de Gestão  
Expansão

**Pedro Mateus**  
Diretor de Planejamento e

**Nelisson Sergio Hoewell**  
Diretor de Assuntos Regulatórios e Projetos Especiais

**Luiz Armando Crestana**  
Diretor Comercial

**Maria dos Praseres L. P. Moreira**  
Departamento de Contabilidade  
2.731/AL